

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS



REVISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

JANEIRO -- MARÇO — 1973 — NÚMERO 1

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Diretoria Executiva

Diretor: Reitor *Prof. Marcionilo de Barros Lins*
Diretor-Assistente: *Prof. Luiz Delgado*
Secretário: *Prof. César Leal*



CONSELHO DIRETOR

Prof. Aluísio Bezerra Coutinho
Prof. Arlindo Pontual
Prof. Ariano Suassuna
Prof.^a Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio
Prof. Lourival Vilanova
Prof. Nilo Pereira
Prof. Ruy João Marques

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Estudos universitários; revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco. v. 1 — jul./set.— , 1962
— Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1962
— trimestral.

De jul. 1962 até ago. 1964 foi publicado sob o título Estudos universitários; revista de cultura da Universidade do Recife.

Diretor: 1962-ago. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. 1964-set. 1971, Murilo Humberto de Barros Guimarães. 1971-ago. Marcionilo de Barros Lins.

1. Educação Superior — Periódicos. I. Título.

378.4 (CDD, 16. ed.)
378.5 (813.41) (05) (CDU)

Pe-UF
BC-71-1754

Livros, cartas e pedidos de assinatura devem ser enviados para:
ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS
— Av. Prof. Moraes Rêgo —
Cidade Universitária — Recife
— Pernambuco — Brasil

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

Paternidade responsável no desenvolvimento — <i>Gilberto Osório de Andrade</i>	5
O Homem e o destino — <i>Maria do Carmo Tavares de Miranda</i>	25
Paixão e Morte de Oswaldo Cruz — <i>Waldemar de Oliveira</i>	35
Os versos de Gervásio Fioravanti — <i>Luiz Delgado</i>	67
Santa Teresa e a psicologia moderna — <i>José Lucena</i>	79

POESIA

Memória do mar sublevado — <i>Fernando Monteiro</i>	1
---	---

COLABORADORES

GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE

Geógrafo, professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, diretor do Departamento de Recursos Humanos da SUDENE.

MARIA DO CARMO TAVARES DE MIRANDA

Doutora em Filosofia pela Universidade de Paris, professora titular da Universidade Federal de Pernambuco.

WALDEMAR DE OLIVEIRA

Professor da UFPe, diretor da Faculdades de Ciências Médicas, teatrólogo, diretor do Teatro de Amadores de Pernambuco.

LUIZ DELGADO

Professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco, professor titular da Faculdade de Direito da UFPe, escritor.

JOSÉ LUCENA

Professor da Universidade Federal de Pernambuco, psiquiatra, autor de numerosos estudos sobre sua especialidade.

FERNANDO MONTEIRO

Pertence ao grupo de novos escritores pernambucanos, vem revelando preocupações com a teoria do cinema, poeta.

Paternidade responsável e desenvolvimento

GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE

A opção pelo planejamento familiar tem sido sugerida sempre como um problema de consciência, cuja solução deverá ser assegurada ao livre arbítrio dos casais. E ainda há poucos meses — como desfecho, aparentemente, duma demorada controvérsia nos altos círculos da Igreja Católica em torno da legitimidade moral do uso de anticonceptivos artificiais — publicou-se na imprensa que Sua Santidade o Papa Paulo VI teria admitido afinal que os esposos católicos poderão decidir pessoalmente sobre o emprego de gestágenos orais e, segundo supomos, também de gestágenos injetáveis, ou ainda de aplicação local. Quando a mãe, por exemplo, recusa-se a gerar filhos por não ter condições para educá-los (*).

(*) Quando este artigo foi enviado para publicação em "Estudos Universitários", o Prof. Luiz Delgado endereçou ao autor a carta que, com seu consentimento, vai a seguir reproduzida:

"Olinda, 26 de julho de 1972. Caro Prof. Gilberto Osório de Andrade. No seu artigo enviado para a revista "Estudos Universitários" e que espero saia no próximo número tive a oportunidade de ler que "o Papa Paulo VI teria admitido afinal que os esposos católicos poderão decidir pessoalmente sobre o emprego de gestágenos orais" — vindo mais adiante essa admissibilidade referida a um caso ocorrido entre o Arcebispo de Washington e alguns sacerdotes locais.

"A título de colaboração, tomo a liberdade de informar que o noticiário jornalístico modificou o sentido real do pronunciamento do Vaticano: tratou-se nele apenas de um procedimento disciplinar em que não se atingiu qualquer afirmação doutrinária.

"O que houve é que o Arcebispo de Washington punira alguns sacerdotes que haviam publicado uma "declaração de consciência" contra a proibição das práticas contraceptivas constantes da encíclica *Humanae Vitae*. Impugnando a decisão episcopal, alguns desses sacerdotes (não todos) dirigiram-se à Santa

No processo de desenvolvimento que se desdobra hoje em toda a parte têm-se manifestado crescentemente tendências para superar o enfoque puramente econômico, incluindo-se em suas preocupações explícitas todos os aspectos sociais e culturais que acompanham e afetam a mudança. Respondendo há vários anos pela gestão do Departamento de Recursos Humanos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que detém a responsabilidade de formular, supervisionar e coordenar uma política de recursos humanos para o Nordeste do Brasil, temos receiado muito, ao longo de nossa experiência pessoal, o malogro de grande parte dos esforços empreendidos no campo da formação e do aperfeiçoamento da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento regional, por causa da celeridade do crescimento demográfico. Contudo — apressemo-nos a dizê-lo — não somos partidários duma política governamental de controle da natalidade, e sim somente de certos instrumentos de moderação do crescimento populacional. Em outras palavras, dum sistema de planejamento familiar.

O problema do controle da natalidade: a complexidade dos seus aspectos

Sé e o assunto foi confiado à Congregação do Clero. Em torno da deliberação por ela proferida é que se estabeleceu o rumor jornalístico.

“Tal deliberação consta de oito (8) *Conclusões*, seguidas de alguns *Princípios Teológicos e Pastorais*, e encerra-se por uma série de *Recomendações* práticas. As *Conclusões*, tratando diretamente do pleito asseguram que o procedimento do Cardeal O'Doyle foi legítimo e que os sacerdotes representados em Roma haviam admitido o clima de emoção e confusão em que fora redigido o documento causador do ocorrido, rejeitando o pensamento de se afastarem da doutrina eclesiástica. Então, nos *Princípios*, declara-se mais que “a encíclica *Humanae Vitae*, ao afirmar sem ambiguidade, dúvida ou hesitação, a malignidade objetiva do ato contraceptivo, é uma expressão autêntica do magistério da Igreja e deve ser compreendida de acordo com a tradição dogmática da Igreja sobre o assentimento devido ao magistério ordinário”.

“Como se vê, não foi mudado o ensinamento da Encíclica.

“Segue-se no texto da decisão a reafirmação de princípios sobre o papel da consciência no comportamento do homem e sobre a atitude a assumir, diante dela,

Depois duma consideração preliminar dos aspectos demográficos tentaremos sumariar os sanitários, jurídicos, e éticos, reservando para um desenvolvimento especial os aspectos religiosos.

Estimaram as Nações Unidas que em 1980 a população mundial será de 4,5 bilhões, em 1990 de 5,5 bilhões e no ano 2.000 terá atingido a casa dos 6 bilhões. Nessa corrida, os países subdesenvolvidos e os em desenvolvimento vão mais depressa do que os outros. A população global desses países do terceiro mundo, que somava 2,3 bilhões em 1960 (contra apenas 1 bilhão dos desenvolvidos), alcançará a cifra dos 5 bilhões no limiar do próximo milênio, quando a dos países desenvolvidos terá ultrapassado apenas de algumas centenas de milhar o presente total de 1 bilhão (1,35 bilhão, provavelmente). As causas principais da explosão demográfica no terceiro mundo são a redução da mortalidade e o prolongamento da expectativa de vida média. No Brasil, à vista do último censo, a taxa de mortalidade geral caiu de 13,43 por mil em 1950/60 para 9,43 na década de 60. E a expectativa de vida média cresceu de 43 anos (1940) para 59 atualmente. Em resumo, morre-se em menor número e vive-se mais tempo, graças à mobilização cada vez maior de recursos tecnológicos, médicos e profiláticos.

Sem falarmos, por enquanto, doutras consequências sociais e econômicas desse acelerado crescimento demográfico dos países em desenvolvimento, uma delas faz-se manifestar por sim-

pelos pastores obrigados a ter em conta “a prudência pastoral e a verdade doutrinária”.

“Isto que aqui fica resumido ou citado, é o que resulta do “dossier” completo publicado na *Documentation Catholique* de 21 de maio deste ano.

“Não sei se será impertinente dizer-lhe que o Pe. Charbonneau em cujo livro o ilustre Professor amigo se baseia, faz parte de um grupo de diplomados em teologia que, entre nós, cercados de ampla publicidade, têm sido, entretanto, alvo de muitas críticas.

“Desculpe-me o tempo que lhe tomei, e acredite na boa intenção com que o fiz.

“Cordialmente

LUIZ DELGADO”

ples indução: sobretudo no que diz respeito ao problema fundamental da alienação acentuam-se tensões cada vez maiores entre o homem e o seu ambiente. O postulado de Malthus, contestado em sua época, de que a população do mundo aumenta numa proporção superior aos meios de subsistência, apresenta-se agora como de irrecusável evidência. E quando Paulo VI lastimava, há algum tempo, que se estivesse cuidando só de reduzir o número de convivas em vez de oferecer mais lugares à mesa, alguém sugeriu então que se repetisse o milagre da multiplicação dos pães.

O Brasil insere-se no número de países com taxas de mortalidade mais baixas e com maiores taxas brutas de natalidade elevada. Em 1960 éramos 70.119.071 e em 1970 passamos a ser 93.215.301, ou seja, um aumento de 33% em dez anos. Temos menos habitantes, apenas, do que a China, a URSS, a Indonésia, a Índia, os EE.UU. e o Japão. Nossa taxa de crescimento demográfico foi de 2,4 entre 1940 e 1950, subiu para 3,1 em 1950/60 e caiu ligeiramente para 2,8 em 1960/70. Isso significa que, abstraídos os contingentes migracionais, que atualmente são irrelevantes, o crescimento vegetativo por si só é entre nós de tal ordem que cerca de 3 milhões de pessoas somam-se anualmente à nossa população. Mais do que a população inteira do Uruguai. No ano vindouro, segundo as projeções, já seremos mais de 100 milhões de habitantes.

Mais da metade da população brasileira tem menos de 20 anos e 41,7% têm menos de 15. Assinalou-se já que no Brasil existem atualmente 96 pessoas em idade não produtiva para cada grupo de 100 em idade produtiva, e para essa estimativa foi considerada como economicamente ativa a faixa dos 15 aos 59 anos. Nos EE.UU. a relação é de 56 para 100, de 62 para 100 na França e de 64 para 100 na Suécia.

A tendência para o gigantismo urbano é universal, mas nos países de acelerado crescimento demográfico e em começos, ainda, de desenvolvimento, o fenômeno tem conotações especiais. Nos mais adiantados, as grandes concentrações urbanas são, ao mesmo tempo, um pressuposto e uma resultante de altos padrões de vida. Nas áreas economicamente frágeis, todavia,

são um produto de fatores negativos e engendram a chamada "superurbanização", isto é, a inexistência de base adequada para sustentar uma população urbana segundo padrões avançados, traduzindo-se em vez disso por um agravamento da pobreza e da miséria. Os três principais centros urbanos do Nordeste experimentam nitidamente já esses efeitos, em termos de aglomerados subnormais, ou favelas: Estudos recentemente levados a cabo pela SUDENE demonstram que a população favelada de Fortaleza, Recife e Salvador soma 1.383.882 pessoas, ou sejam 44,21% da população global das três cidades.

Quanto aos aspectos sanitários podem ser referidos centralmente ao postulado de que o aborto provocado, geralmente encarado apenas como assunto do Código Penal, talvez devesse ser considerado antes de tudo como um problema de saúde pública. Tem uma incidência tão alta que se poderia dizer uma incidência endêmica. Cerca de 1.500.000 abortos provocados por ano foram constatados em 1965, 1966 e 1967 no país, através de levantamentos procedidos, inclusive, pelo Ministério da Saúde. Mais de 6.000 abortos ilegais são praticados anualmente em Fortaleza, segundo informações divulgadas pelo ginecologista cearense Dr. José Gerardo da Ponte. Praticados por parteiras diplomadas e por "caximbeiras", ou "comadres", sem os conhecimentos técnicos necessários. Além da elevada incidência, outras conotações concorrem para caracterizar o aborto como problema de saúde pública: é causa significativa de morbidade e mortalidade maternas (estima-se em mais de 7 milhões de cruzeiros anuais o custo, no país, de leitos hospitalares ocupados por mulheres com aborto provocado) e pode ser combatido em bases comunitárias, como as doenças de massa.

Definido como todo processo destinado a interromper a gravidez não desejada em qualquer tipo de união, o aborto provocado insere-se, como os anticoncepcionais, entre métodos de planejamento familiar. A diferença está em que, com o aborto, esse planejamento faz-se *a posteriori* e é criminoso, ao passo que com contraceptivos planeja-se *a priori* e à custa de meios muito mais racionais e compatíveis com a dignidade da pessoa humana.

Do ponto de vista institucional o problema do crescimento demográfico é tratado diferentemente segundo países que adotem uma política restritiva ou, em vez disso, expansionista. Até tempos atrás chegou a vigorar no Brasil uma lei que impunha tributação especial aos solteiros maiores de 25 anos e aos casais improdutivos. Como expressão da política expansionista continuam existindo o abono familiar, o auxílio à maternidade e o salário família, adicionados todos aos proventos ordinários. Se fosse o caso de continuarmos aqui esmerilhando questões outras de ordem jurídico-institucional, haveria o que dizer ainda sobre as disposições penais relativas ao anúncio de processos, substâncias ou objetos destinados a evitar a gravidez — disposições caducas, aliás, por sua inadaptação às atuais circunstâncias sociais — ou ainda as relativas à repressão do aborto provocado que, todavia, raramente é levado processualmente aos tribunais.

No que respeita à ética profissional — do médico ou da enfermeira, no que tange à orientação e à assistência no uso de contraceptivos — a questão é geralmente posta à luz das premissas de que a ética modifica-se à medida que se modifica a consciência coletiva e de que a contracepção consiste em transformar a fecundidade natural e involuntária em fecundidade voluntária e responsável. Desse modo, e desde que se atenda ao desejo expresso do casal, esse procedimento é lícito, do ponto de vista puramente moral como do ético. Pelo médico — sustenta-se ainda — o desejo do casal deve ser atendido não somente por motivos de saúde — caso de gravidez que possa por em risco a vida da gestante potencial — como também em função de problemas sociais, econômicos e psicológicos que lhe forem propostos.

Evolução da posição da Igreja em face do problema

Pelo motivo anunciado de começo deixamos para uma consideração especial os aspectos religiosos ligados ao planejamento familiar mediante o uso de anticonceptivos.

Se fosse o caso duma polémica retórica bastaria começar pela invocação do argumento de alguns, segundo quem o “crescei e multiplicai-vos” do Gênesis não outorga a ninguém o direito de pôr no mundo pessoas para a miséria, nem se consigna na Bíblia o mínimo de filhos que o casal deve ter. A seriedade do assunto, contudo, exige que consideremos passo a passo a evolução da doutrina da Igreja a esse respeito. Para isso nos valeremos em grande parte do padre Paul-Eugène Charbonneau em seu livro *Humanae Vitae e Liberdade de Consciência* (Edit. Herder, São Paulo, 1960).

Nos primórdios mais remotos dessa evolução acham-se certas primícias renovadoras da teologia por volta de 1930, durante o pontificado de Pio XI, e um pouco mais tarde a edição da encíclica *Casti Connubi*: “O bem dos filhos não termina certamente nos benefícios da procriação; é preciso que se lhes juntem um outro, que consiste na devida educação da prole. Apesar de toda a sua sabedoria, Deus teria provido deficientemente a sorte dos filhos e de todo o gênero humano, se àqueles a quem deu o poder e o direito de gerar não tivesse dado também o dever e o direito de educar”. Outro componente, aliás, que a encíclica introduziu na teologia do matrimônio foi o amor conjugal.

O padre Charbonneau assinala, de resto, que Pio XI fora mais longe ainda, formulando uma teoria pioneira da paternidade consciente. No pontificado imediato Pio XII reconheceu, em discurso conhecido pela epígrafe de *Vegliare con sollicitudine*, a moralidade da contracepção contanto que natural, isto é, a moralidade da contingência periódica segundo o método Ogino-Knaus.

A controvérsia, nos círculos teológicos, sobre a legitimidade, também, dos contraceptivos artificiais — no caso, a pílula de prostegerona — começaria somente anos depois, na sequência dos quais sobreviria a *Populorum Progressio*. Pela primeira vez, com essa encíclica, a Igreja encarou de frente a explosão demográfica e reconheceu ao Estado o direito de intervir para equilibrar o crescimento populacional. Aos poderes públicos competiria intervir “promovendo uma informação apro-

priada e tomando medidas aptas, contanto que sejam conformes às exigências da lei moral e respeitem a justa liberdade dos cônjuges". Acenava-se quase explicitamente — regista o padre Charbonneau — com uma maior liberdade do casal na escolha dos meios a serem utilizados para a determinação do número de filhos, porquanto aos pais é que caberia, com pleno conhecimento de causa, determinar esse número, "assumindo a responsabilidade perante Deus, perante eles próprios, perante os filhos que já nasceram e perante a comunidade a que pertencem". Um problema de consciência, portanto, aliás posto em relevo por circunstâncias históricas. Com efeito, a gradual substituição da sociedade agrária por novas estruturas industriais e urbanas transfigura ao mesmo tempo o sentido e o valor da prole tradicional. A criança, que dantes era um patrimônio, ou uma mão-de-obra produtiva, passava a ser uma carga, porque numa sociedade em que dominam os setores econômicos secundário e terciário os bens de consumo são monopolizados, os salários têm um tecto e, em lugar de contribuir para a produção, o novo membro da família comporta-se como consumidor improdutivo. A limitação dos nascimentos, portanto, configurava-se como objetivo duma paternidade responsável.

Aquela invocação pela *Populorum Progressio*, porém, das "exigências da lei moral" mantinha em acesa disputa a legitimidade dos meios artificiais de contracepção. Conquanto a admissão, pela Igreja, da continência periódica tivesse sido um largo passo dado da paternidade irresponsável para a paternidade consciente, a experiência não tardou em pôr de manifesto a grande margem de insegurança das tabelas de Ogino-Knaus, ao mesmo tempo que a pesquisa científica confirmava a cada passo a eficácia da pílula de prostegerona. Tais controvérsias, contudo, significavam uma abertura que se vinha alargando desde Pio XI e que, era lícito supor, tendia a se fazer cada vez mais compreensiva.

O espírito de renovação que inspirou o Concílio Vaticano II pareceu reforçar a expectativa, sobretudo quando foi divulgada a *Gaudium et spes*. Essa Constituição Pastoral, com efeito, cristalizava muitas das aspirações que vinham germinando.

Embora abstendo-se de tratar expressamente dos meios para controle da natalidade, mantinha as perspectivas amplamente rasgadas. No seio da Comissão Pontifícia, porém, que João XXIII instituíra para estudar esse problema nenhum acordo era alcançado. Se bem que a maioria dos prelados defendesse outros meios de controle de natalidade além da continência periódica, uma minoria conservadora manteve-se irredutível. E foi no relatório dessa minoria que Paulo VI, afinal, se apoiou para a *Humanae Vitae*, isto é, para famosa encíclica que fulminou como "intrinsecamente desonestos" os meios artificiais de anti-concepção.

A *Humanae Vitae* foi recebida em muitos meios clericais como "surpreendente", "espantosa" e "retrógrada". Dela deriva uma boa parte da crise que ainda experimenta a Igreja, porquanto puseram-se em discussão, a pretexto da encíclica, o Magistério Pontifício e a infalibilidade papal. Pretenderia a *Humanae Vitae* ser um pronunciamento infalível? Ou uma simples norma de conduta, passível de ser discutida e interpretada em função da realidade de cada povo, de cada comunidade, sem que com isso se configurasse, por parte dos católicos, uma desobediência? Se toda a encíclica pressupõe a infalibilidade do Papa, como conciliar o respeito devido à autoridade pontifícia e a fé na assistência do Espírito Santo ao sucessor de São Pedro com a recusa de lhe prestar obediência?

Continuamos a reproduzir locuções do padre Charbonneau, resumidas embora, ou adaptadas. Puseram-se em xeque, desse modo, a autoridade do Papa, o dever de obediência por parte dos fiéis e, para muitos, a própria fé na Igreja. A experiência pastoral, de confessorário, de muitos sacerdotes de todas as partes do mundo soprou às vezes ventos de franca rebeldia. E muitos casais católicos se perguntaram, aflitos, se a desobediência da encíclica, assim admitida pelos padres mesmos, não os colocaria fora da Igreja.

O desacordo, em verdade, não se estabeleceu com relação à substância da *Humanae Vitae*, isto é, com relação àquilo em que a encíclica reflete as preocupações da Igreja com a crise atual da nossa civilização: o desprezo pelos valores espirituais,

a falência do ideal, o hedonismo como consequência lógica do impulso materialista, a recusa do sacrifício, o rompimento com os valores tradicionais a pretexto do conflito de gerações, a hipertrofia da sexualidade, a falta de autodomínio, o desdém pelo amor e a abstenção da paternidade e da maternidade por se considerar a criança como embaraçosa da liberdade social e da felicidade econômica. Estabeleceu-se o desacordo, sim, em relação a certos pontos considerados críticos por teólogos, moralistas, sociólogos e psicólogos católicos: falta de fundamentação nas Escrituras e, portanto, na revelação; ausência de apoio patrístico, de apoio na tradição; controvertida abordagem da questão da "lei natural" com referência ao "intrinsecamente desonesto" dos contraceptivos artificiais; contradição do próprio método Ogino-Knaus com a "conexão inseparável" entre a união e a procriação; e muitas outras afirmativas da encíclica acerca, por exemplo, de que os meios artificiais favoreceriam a infidelidade conjugal, e um rebaixamento geral da moralidade, ou de que os jovens ficariam ainda mais expostos pelo acesso aos contraceptivos, ou ainda de que aumentaria com estes o risco de perda de respeito à mulher. Não nos deteremos, porém, na discussão desses assuntos. Diremos só, para tocarmos num ou dois desses chamados "pontos críticos", que um inquérito judiciosamente conduzido há algum tempo nos Estados Unidos, acerca dos efeitos da família numerosa sobre a prole, identificaram-se como negativos em relação à capacidade dos jovens para o serviço militar, ao desenvolvimento intelectual, ao desenvolvimento da personalidade, ao desenvolvimento físico e às relações entre pais e filhos.

Os pronunciamentos maciços de restrição à *Humanae Vitae* sucederam-se às centenas nos últimos anos. Até mesmo a Organização dos Estados Americanos, através duma Comissão Assessora convocada pelo Secretário Geral, qualificou de "insólito" o apelo feito pela encíclica aos chefes de Governo para que "não permitam práticas contrárias às leis da Igreja" e propôs-se ao mesmo tempo a apoiar os programas de planejamento familiar, a proporcionar informação pública adequada sobre o assunto e a estimular diálogos desapaixonados a respeito. No mesmo ano passado os bispos católicos norte-americanos, reunidos em De-

troit, concluíram que a maioria dos sacerdotes do país rejeita a posição oficial da Igreja contra o controle artificial da natalidade e acentuaram, ao mesmo tempo, que essa rejeição aumentou com a divulgação, em 1957, de *Humanae Vitae*. Aliás o recente noticiário jornalístico, segundo o qual Sua Santidade passou a admitir o uso da pílula, esclarece que esse pronunciamento de Paulo VI "foi elaborado para responder a um pedido de um grupo de sacerdotes liberais norte-americanos que entrou em conflito com o arcebispo de Washington, cardeal Louis O'Boyle", que, como partidário da obediência integral à *Humanae Vitae*, condenava intransigentemente o uso de anticoncepcionais (*Diário de Pernambuco*, 7.IV.72). A verdade, porém, é que *L'Osservatore Romano*, órgão oficial do Vaticano, vinha desde algum tempo noticiando com simpatia iniciativas de governos empenhados no planejamento familiar à custa de meios contraceptivos. Na sua edição, por exemplo, de 29 de outubro do ano passado anunciava com destaque e apoiava enfaticamente uma promoção desse gênero, nas Filipinas, do Núncio Apostólico em Manila, monsenhor Carmine Rocco.

Crescimento demográfico e desenvolvimento

Que relação haverá entre desenvolvimento econômico e crescimento populacional? Terá condições para desenvolver-se um país cuja população permaneça estática, ou tenha entrado em declínio? A esta segunda pergunta a experiência histórica responde categoricamente com um não.

Em conhecido estudo sobre o assunto, o economista Rubens Vaz da Costa reconhece que "elevadas taxas de crescimento populacional coincidiram em alguns países com as épocas de maior expansão das suas economias". Uma especulação mais detida, porém, dos termos em que se põe a relação, suscita uma outra sugestão também fundamental: "qual a taxa ou taxas de aumento populacional, que melhor se ajustam a uma utilização mais eficiente e mais racional dos demais recursos de que dispõe um país?"

No século passado e no presente século as estatísticas revelam que o progresso dos países desenvolvidos concorreu neles com uma taxa de crescimento populacional de ordem de 1% ao ano. O exemplo mais recente é o Japão, que com esse acréscimo demográfico de 1% enfileirou-se, a partir de 1955, com as duas maiores potências mundiais.

O Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social das Nações Unidas não vacila em surpreender, ao cabo de minuciosas pesquisas sobre o assunto, uma correlação inversa entre o ritmo de expansão demográfica e o grau de desenvolvimento, isto é: tomando-se literalmente o significado de "desenvolvimento econômico intensivo", quanto mais acelerado seja o ritmo de crescimento populacional mais retardado será o processo desenvolvimentista. A tal ponto que, se suas taxas são da ordem de 3% ao ano, o ritmo de crescimento demográfico torna-se incompatível com o desenvolvimento.

Insiste outro ilustre economista, Glycon de Paiva, em que, nos dias atuais, não há país desenvolvido com taxa de crescimento populacional superior a 1,5% nem com uma média de mais de três filhos por casal. Nos EE.UU. dos tempos coloniais a família média era de oito filhos. Durante a grande depressão passou a 2,3 e hoje a média situa-se em pouco menos de três.

Comparando entre si países populosos Glycon de Paiva salienta como os atualmente desenvolvidos engajaram-se plenamente no processo de desenvolvimento antes que suas respectivas populações tivessem chegado a ser de 100 milhões. Os EE.UU. tinham 40 milhões em 1890, a Rússia 93 milhões em 1910 e o Japão 75 milhões em 1955. Enquanto isso, continua cruamente o autor que estamos invocando, os países populosos do terceiro mundo já suportam excedentes demográficos inteiramente inaproveitáveis pelo sistema produtivo, "ineducáveis e desnecessários".

Os países, com efeito, de maior renda *per capita* anual são precisamente aqueles que levaram maior número de anos para duplicar a população, e os de mais baixa renda, pelo contrá-

rio, são os que dobraram seus contingentes demográficos mais depressa. Os EE. UU., com 3.700 dólares de renda, duplicaram sua população em 60 anos. A União Soviética precisou de 360 anos para isso, e sua renda é de 1.200 dólares. Com uma renda de 900 dólares, o Japão também precisou de 360 anos para multiplicar por dois seu contingente populacional. Essa duplicação, porém, fez-se em 38 anos na Índia (100 dólares), em 26 anos no Paquistão (90 dólares), e em 25 anos na Indonésia. Contudo é certo que o Brasil, embora tendo andado um pouco mais depressa (23 anos para dobrar o número de habitantes) já acusava uma renda de 300 dólares em 1969, quando essa duplicação se terá consumado.

Se nos detivermos por um momento no que acontece aqui nesta parte do Brasil, a população nordestina subiu de 22.429.000 habitantes em 1960 para 29.273.000 em 1970. O aumento foi, portanto, de 6.844.000 em dez anos, ou seja mais do dobro da população inteira do Uruguai. O Nordeste tem 50% mais habitantes do que o Domínio do Canadá, mas o PNB do Canadá tem sido bem maior do que o PNB brasileiro. Entre 1970 e 1980 a população do Nordeste aumentará de 9.687.000, contra os 6.844.000 que incorporou na década de 60. Tratando-se duma região-problema, cujas tensões econômico-sociais são potencialmente conhecidas de todos, será o caso de subestimar o interesse que, para a segurança nacional, representa um aumento de 1 milhão de habitantes por ano? Quando nada porque o aborto provocado é muito mais numeroso nas classes de mais alta renda, e o mesmo acontece com o uso de anticoncepcionais, de sorte que a verdadeira explosão demográfica produz-se com ênfase particular nas camadas economicamente menos aptas, e isso significa um esboroamento da pirâmide social por expansão da base.

Em países com deficiências alimentares graves, como é o caso brasileiro e, muito particularmente, o caso nordestino, o excesso do contingente populacional na faixa etária de 0 a 5 anos acarreta repercussões alarmantes dessas deficiências. Pesquisas conduzidas pelo Prof. Nelson Chaves, do Instituto de Nutrição da UFPE, revelaram em 15 cidades do Nordeste Oriental,

por amostragem, a ocorrência generalizada de desnutrição calórico-protéica, hipoavitaminose A, anemia, redução da estatura e do peso, emagrecimento, envelhecimento precoce e poliparasitose intestinal. Na Zona da Mata pernambucana, onde esses estudos se multiplicaram, diagnosticaram-se por vezes 4 casos de marasmo em cada família examinada. Tudo isso, agravado pela desnutrição grave da gestante durante a gestação e pelo desmame precoce, acarreta o retardamento do crescimento do encéfalo e essa atrofia, nos quatro primeiros anos de vida da criança, afeta irreversivelmente o desenvolvimento intelectual. É como se estivéssemos assistindo a uma multiplicação incondicionada de incapazes e de débeis mentais.

Até que ponto as poupanças internas de um país em desenvolvimento, como o nosso, poderão atender, em termos de educação, saúde, habitação e emprego, os excedentes populacionais gerados por um crescimento demográfico da ordem de 2,8% ao ano?

Cada 19 anos — salientava outro dia o Prof. Martiniano Fernandes, da UFPe — a população do Recife duplica, mas não existe provavelmente governo algum capaz de duplicar, cada 19 anos, o número de oportunidades escolares, de residências e de leitos de hospital.

Esta é uma amostra, somente, do grande desafio nacional, porque a mesma perplexidade aplica-se a todo o país. Se precisarmos de mais uma habitação para cada 5 pessoas, teremos de construir 2.500.000 novas habitações por ano, isso sem nos ocuparmos de resgatar os favelados ou de reconstruir casas que se arruaram. E vale a pena lembrar que todo o esforço do BNH tem dado, uma média, não muito mais de meio milhar de casas anualmente.

Sem se levar em conta a massa atual de desempregos e de sub-empregos, teriam de ser criados cada ano 830.000 a 900.000 empregos novos no país. No que respeita ao ensino, até 1980 vão se acrescentar à população brasileira perto de 16 milhões de crianças entre 7 a 11 anos de idade. Se tomarmos como indicador a relação 30 alunos por professor, iremos ne-

cessitar, em 1980, de 430.000 professores só no ensino primário (o estoque atual será, no máximo, de apenas 250.000). Isso, bem entendido, se nos contentássemos com uma educação tal como está, nem expandida nem atualizada segundo a recente reforma de ensino. Ao mesmo tempo os 20.000 leitos hospitalares existentes terão de ser 34.000.

Quanto à renda *per capita*, estima o economista e demógrafo Manuel Augusto da Costa que, ao saber da taxa atual de crescimento demográfico, o mais que conseguiremos será um aumento médio de 3% ao ano. Significaria isso que em 1993 a renda *per capita* do país estaria aí em torno de 600 dólares, isto é, a metade da soviética de hoje, dois terços da do Japão e seis vezes menor do que a dos EE. UU. E como nada autoriza a esperar que esses países estacionem no seu processo de desenvolvimento, seremos em breve ainda mais pobres relativamente aos mais ricos. Essa perspectiva é de tal ordem que evoca irresistivelmente certa reflexão do padre Calderan Beltrão: “se os países imperialistas desejassem incrementar a miséria dos subdesenvolvidos, nada melhor do que incrementar neles a explosão demográfica, ou, pelo menos, deixá-los como estão”.

Em suma, e como já advertiu uma vez Roberto Campos, “o desenvolvimento econômico é um projeto de engenharia social, e não uma contingência histórica”. Dum conceito verdadeiramente dinâmico e atuante de “engenharia social” não podem estar abstraídas as preocupações com o crescimento demográfico.

O planejamento familiar

Quem deve ser o agente duma política de desaceleração da natalidade? O governo diretamente, ou o próprio povo? A ação direta do governo é sempre drástica. Na China Popular, por exemplo, há uma idade mínima fixada para o casamento, aplicam-se sanções contra o excesso de filhos, a pílula é acessível a todo o mundo e nada custa, o aborto é legal e gratuito. Quando a ação governamental não se exerce diretamente, ora se faz sentir sob a forma de estímulos e prêmios ao espaçamento dos filhos, mas sem imposições compulsórias, como no Japão, na Índia, no Paquistão Oriental, na Coreia do Sul e em alguns paí-

ses africanos, ora através de sistemas estruturados de planejamento familiar, como nas Filipinas e no Chile. Pelo menos no Chile anterior a Allende o "Projeto San Gregorio" traduziu-se por consideráveis reduções, no mesmo tempo, das taxas de natalidade e das taxas de mortalidade por abortos provocados. Uma terceira posição pretende associar ao planejamento familiar através da informação, da educação e do acesso a serviços de saúde, um planejamento demográfico como política de governo. É a posição dos que reclamam uma ação integrada e intensiva, participando de todos os diagnósticos e projeções do planejamento sócio-econômico global.

Entre nós a fundação, em 1966, na Sociedade de Bem-Estar Familiar no Brasil — reconhecida no ano passado como de utilidade pública por Decreto presidencial — foi sugerida pela espantosa verificação de que se provocam em média, no país, um e meio milhão de abortos por ano. E pesquisas realizadas em Campinas (SP) poucos anos atrás revelaram que 45% dos abortos ali registados são provocados em mulheres solteiras e que 85% das pacientes entrevistadas nem sequer sabiam da existência de anticonceptivos. A maioria, por seu baixo nível econômico, não tinha acesso algum ao conhecimento e ao uso desses métodos.

Médicos, sociólogos, demógrafos, etc., sensibilizados por semelhante revelação, arregimentaram-se na BEMFAM com o propósito de prevenir, por métodos profiláticos de aconselhamento e de assistência, a continuação desse estado de coisas. E foram naturalmente induzidos ao emprego, muito mais humano, sem dúvida, e mais racional, de métodos anticoncepcionais modernos, promovendo a paternidade responsável e o planejamento familiar. O trabalho, com suas numerosas implicações, permitiu simultaneamente a detecção precoce, nas 50 clínicas mantidas atualmente no Brasil pela BEMFAM, do câncer ginecológico e seu tratamento oportuno. E deu ensejo, ao mesmo tempo, ao tratamento de casais psicologicamente inconformados com a esterilidade.

Num documento que é uma espécie de declaração de princípios da BEMFAM lê-se que "planejamento familiar não sig-

nifica (...) necessariamente limitação de filhos; significa antes colocar a família dentro de condições sociais, econômicas e psicológicas favoráveis", porque não se trata, *tout court*, de limitar o número de filhos, mas de ensinar a ser feliz no casamento. Percebe-se facilmente como a expansão de serviços dessa natureza sob a forma de educação sexual e de preparação para o matrimônio teria um alcance e resultados muito mais significativos do que aqueles que se obtêm nas clínicas.

Proclama-se ainda que planejar a família não é só um direito humano, mas um dever humano, porque a cada criança que nasce tem-se de assegurar o direito de se desenvolver integralmente. O que não pode ser reconhecido é o falso "direito" de procriar além da medida do poder educar. Dito doutro modo, nas palavras de Will Durant, "idealmente a paternidade deve ser privilégio da saúde, e não um subproduto da agitação sexual". Em tudo e por tudo, essa campanha preocupa-se atentamente com não ferir a sensibilidade e o livre arbítrio das pessoas e não violentar, portanto, as consciências individuais. Mais precisamente, respeitar a vontade do casal que livremente deseja orientação e meios para espaçar o número de filhos.

A BEMFAM admite como válido qualquer método anticoncepcional que atenda aos seguintes requisitos mínimos: a) não seja irreversível, isto é, não acarrete esterilização definitiva; b) não seja abortivo, porque uma coisa é obstar, outra é interromper a gravidez; c) não seja prejudicial à saúde dos cônjuges, donde a orientação médica indispensável; d) não seja imposto, isto é, não violente a vontade da pessoa humana.

Existem, em todo o mundo, dezenas de instituições do mesmo gênero do BEMFAM. Tomamo-la aqui por exemplo, contudo, por motivos óbvios: porque atua no país e porque os seus princípios e a sua atuação pautam-se rigorosamente nos conceitos legítimos do planejamento familiar.

É tempo de insistirmos, antes de terminarmos, numa separação nítida entre os conceitos de "planejamento familiar" e da "política de controle da natalidade".

Para o planejamento familiar há uma definição proposta pelo sociólogo Calderan Beltrão SJ, da PUC do Rio Grande do Sul, que nos parece diferencialmente vantajosa: “é o conjunto de serviços de natureza médica, paramédica, psicológica, informativa, educativa, etc., privados ou públicos, destinados a por todas as famílias em condições de regular sua prole, quaisquer que sejam os seus níveis culturais, ou de renda”.

Uma das conveniências dessa definição é a de não envolver conotações polêmicas, como “taxas de crescimento” e “explosão demográfica”. Seja dito, aliás, que a “explosão demográfica” é apenas aparentemente polêmica, ou sensacionalista. Porque no seu tranquilo sentido especulativo significa apenas uma queda de mortalidade não compensada por um declínio da natalidade. Na mesma ordem de idéias, uma “revolução demográfica” consistirá em promover a queda, simultaneamente, dum e doutra curva. Em outras palavras, o equilíbrio a ser procurado como “racional” e “natural” ao mesmo tempo teria de ser obtido dum simultâneo controle sobre a morte e sobre a vida.

A mesma definição deixa como opções o caráter público e o privado dos serviços de planejamento familiar. Para muitos, porém, o caráter público se impõe por se tratar de assunto de previdência social, isto é: por não dever o Estado tolerar que apenas as famílias de mais alta renda se prevaleçam do planejamento. Como contrapartida do direito de acesso à informação, à educação e à assistência médica nesse particular, se conscientizaria nas famílias todas o dever de não permitir que a função procriativa frustre a função educativa dos pais.

Talvez nos devêssemos penitenciar, nesta altura, da ênfase que atribuímos a assuntos de política populacional centrados no problema de crescimento demográfico em si mesmo e nas suas taxas. Se alguma espécie de deformação profissional pode justificar-nos, experimentaríamos desculpar-nos dizendo que uma maior eficiência dos resultados da formação e do aperfeiçoamento de recursos humanos depende duma política demográfica restritiva, ou, pelo menos, não expansionista. Como se exprimiria, no caso, um economista, a eficiência da utilização do capital humano é tão importante quanto a taxa de sua acu-

mulação; em outras palavras, não basta multiplicar recursos humanos, e sim prever também suas oportunidades de incorporação eficaz aos setores produtivos.

Não exageramos, porém, essas preocupações além de necessário. Uma política governamental pode ser exercida indiretamente, por atos reflexos, e ter sucesso enquanto houver o que fazer, por exemplo, em termos de integração nacional, de colonização e de expansão da fronteira agrícola. O PIN, o PROTERA, o PROVALE, são exemplos tipicamente brasileiros dum comportamento governamental que não descarta as evidências do problema populacional e se prevalece de estratégias alternativas do controle político, puro e simples, da natalidade. Mesmo quando se saiba que nenhuma relação existe entre desenvolvimento e saturação espacial do território — a Austrália, o Canadá, os EE. UU., a União Soviética, todos desenvolvidos, nunca precisaram de ser nem jamais serão ecumenicamente ocupados — não pode haver dúvidas de que empreendimentos como a Transamazônica, por exemplo, multiplicarão as oportunidades de concentrações populacionais em torno de feitorias agrícolas, jazidas, quedas d'água, indústrias extrativas e centros de interesse turístico, pondo ao alcance das populações novos espaços e novos mercados de trabalho. Em outras palavras, uma interiorização não fundamentalmente orientada para a saturação de áreas “vazias”, que sempre existirão em países de proporções continentais como o nosso, mas para uma ocupação econômica estratégica de pontos-chaves do enorme território. De resto, apesar duma história econômica milenar, países plenamente ocupados, ou especialmente “saturados”, como a Índia e o Paquistão, jamais se desenvolveram até hoje.

O homem e o destino

MARIA DO CARMO T. DE MIRANDA

Procurei apresentar a importância e urgência da indagação da verdade do homem, e do homem que somos, ser-brasileiro, sem que nos deixemos deslumbrar pelos humanismos que hoje se tornaram epítetos como que obrigatórios, porque estão na moda, de todo discurso sobre o homem, e tentaremos pôr em questão, ao menos, o humano do homem, para podermos falar sobre o homem.

E a época em que vivemos, apesar e por causa mesmo do progresso do poderio do homem pelas ciências e pelas técnicas, as conquistas cósmicas, mas, também, o arrazoado das contestações que se ampliam quase indefinidamente dentro das instituições sejam sociais, educacionais, políticas e religiosas, e a crescente subida de ideologias, como que nos faz dizer, ou consentir em ouvir falar que a época em que vivemos faz periclitar o humano, é época crítica do humano, e o nosso tempo é "tempo de partido, tempo de homens partidos", segundo a expressão do poeta brasileiro de Itabira, Carlos Drummond de Andrade (1).

Em realidade empresta-se importância apenas aos planos técnicos e das ciências, aos planos sócio-econômicos, estatísticos, e políticos, enquanto o humano do homem, ou a verdade do homem, é posta entre parênteses, melhor fica aquém dos parênteses.

Para nós que exercemos a filosofia, cabe a pergunta: que é o homem, desde que nós mesmos homens, sujeitos humanos,

1) *Nosso Tempo* in "Antologia Poética", 3a. edição. Editora do Autor, Rio de Janeiro, 1963, p. 118.

indagamos pelo homem por nós mesmos, enquanto somos existentes, e esta indagação é indagação metafísica porque buscamos questionar o ser homem, o *eu mesmo* que é, sujeito cognoscente em ato de conhecimento de seu próprio *eu*, enquanto objeto, o qual só pode ser inteligido desde que referido ao seu próprio ser-sujeito, e isto analogicamente e dialeticamente. Dizemos: analogicamente e dialeticamente porque é o eu sujeito que se indaga, pondo-se em oposição, ou melhor, em posição contrária, à de objeto, e também o *eu mesmo* que *sou em mim mesmo, sou igualmente para mim mesmo*. Isto diz a Antropologia Filosófica como estudo essencial e original do homem, objetivamente considerado pelo próprio homem, sujeito cognoscente.

Antropologia Filosófica não é apenas um conhecimento do homem, mas Metafísica do ser-homem, único capaz de questionar o Ser e único também capaz de “volver-se sobre si mesmo, pois se entende a si mesmo não só parcialmente, senão totalmente”, como diz Tomás de Aquino na *Suma Contra os Gentios*, III, 49, e por isso a análise da realidade humana é também analógica e dialética, porque é o estudo do *eu* que sente, que se emociona, que se vê dramaticamente existente, tendido entre vida e morte, distendido entre tempos e espaços, ser de ordenação temporal e de orientação histórica, e que busca penetrar em si mesmo procurando o sentido deste seu existir. E neste aprofundar-se em si mesmo transcende-se. O sujeito, homem que se indaga, interroga o porquê de seu ser, e o questiona metafisicamente como ser *entre* natureza e não-natureza, *entre* “bios” e “logos”, através de seus planos físico ou somático, fundamental ou inventivo, trans-natural ou sobrenatural. Interroga pelo seu ser de relacionamento com os seres, e inquirindo o que é Ser e o que são seres vê-se ser-no-mundo, ser de relação, ser de subjectividade e inter-subjectividade, em relação com outros eu e com o Outro Eu, no mundo, e nele mesmo, “*homo totus*”, ser de palavra e de gesto, de “razão e Mãos”, que são “o órgão dos órgãos”, já que por elas pode preparar variedade infinita de instrumentos em ordem a infinitos efeitos”, pois “era conveniente que a natureza racional que pode conceber um núme-

ro infinito de coisas, pudesse procurar para si mesmo instrumentos infinitos” (2).

E o homem indaga seu próprio ser e se interpreta, indaga e interpreta o mundo, instaura o mundo humano. Pergunta pelo seu devir, seu acontecer, seu destino.

Antropologia Filosófica é o estudo do encontro objetivo-reflexivo do homem consigo mesmo, que se por um lado não pode desprezar os conhecimentos sobre o homem que as ciências averiguaram, e que são importantes para o estudo do fenômeno humano, por outro é a ela que compete dizer da essência do homem e de sua presença no mundo, diversa especificamente dos demais seres. Ele, homem, é ser de história e de tempo, ser de destino.

Em nós ressoa o fragmento de Heráclito:

“O caráter do homem é seu destino”.

(frag. 119. Diels)

O homem não é um ente circunscrito por sua presença dentro de um espaço, em um mundo que é o seu lugar, rigorosamente, “*hic et nunc*”; mas é ser-no-mundo, expressão que sendo de Heidegger lembra a de Kant, homem como cidadão do mundo, e nos faz pensar na excelência do homem no universo, afirmada por Tomás de Aquino, por ser “criatura intelectual que contém as criaturas corporais não segundo a extensão da quantidade, mas simplesmente por um modo inteligível; pois o que é inteligido está no que entende, e é compreendido por sua operação intelectual” (3). E sua presença, embora limitada e finita, pois é de seu ser o limite e a finitude, é presença definitiva, específica de seu ser existente que se estende no tempo, se historializa, realiza sua presença e seu destino.

2) TOMÁS DE AQUINO, I q. 76, a. 5, ad 4; q. 91, a. 3, ad 2.

3) C. G. III, 46.

Desta presença, que é própria do ex-sistente, é preciso, também, — e nisto a Antropologia Filosófica sobrepõe-se às ciências por ser saber teórico e deve orientá-las, descobrir no homem as diversidades de caracteres, sejam as próprias virtualidades pessoais, sejam as decorrentes de distintas situações e condições.

Por esta razão Kant, em sua “Lógica”, afirma que o “domínio da filosofia em sentido cosmopolita concentra-se nas seguintes questões:

1. Que posso eu saber?
2. Que devo eu fazer?
3. Que me é permitido esperar?
4. Que é o homem?

À primeira questão responde a *metafísica*, à segunda, a *moral*, à terceira a *religião*, à quarta a *antropologia*. Porém essencialmente, poder-se-ia converter tudo à antropologia, porquanto as três primeiras questões referem-se à última. O filósofo deve, pois, determinar:

1. a fonte do saber humano,
2. a extensão do uso possível e útil de todo saber, e finalmente
3. os limites da razão”,

determinando inclusive o horizonte dos nossos conhecimentos, pois, “o horizonte diz respeito à avaliação e à determinação daquilo que o homem é *capaz* de saber, do que lhe é *permitido* saber, e do que é de seu *dever* saber. E considerando o horizonte do conhecimento do ponto de vista objetivo e subjetivo, distingue ainda deste último ponto de vista o “horizonte universal e absoluto”, e o “horizonte particular e condicionado (horizonte pessoal)”. “A determinação do horizonte pessoal depende de múltiplas condições empíricas e de considerações particulares, por exemplo, a idade, o sexo, a condição social, o modo de

vida e outras coisas deste gênero. Cada classe de homens tem seu horizonte próprio em relação com a particularidade de suas faculdades de conhecimento, de seus fins e de seus pontos de vista; cada indivíduo tem o seu segundo a medida da individualidade e suas faculdades, de seus pontos de vista” (4).

E Kant para fundamentar uma metafísica estabelece uma Antropologia Filosófica em três planos: *Antropologia Teórica*, do conhecimento da natureza e faculdades do homem, *Antropologia Pragmática*, da natureza do homem em relação com os fins e possibilidades de sua atuação, *Antropologia Moral*, do estudo da conduta do homem na vida.

Antropologia Filosófica é o estudo do ex-sistente, homem, que se historializa enquanto se cumpre a si mesmo, se realiza ser que pensa e age, — “*homo sapiens, homo faber*” —, que se relaciona e se encontra, que se renova ou recia a si próprio e o mundo, — “*homo religiosus, homo cultor*”.

Este historializar-se e cumprir-se a si mesmo é destinar-se, homem enquanto homem, enquanto cada um, *cada eu é o eu-mesmo*. E destino diz a contínua progressão e retorno do homem a ele mesmo, segundo o que ele é, segundo seu caráter, que é o seu “*ethos*”, seu habitar próprio, (nele mesmo), e a progressão e a regressão dizem o ritmo do ex-sistente. E o habitar do homem, seu ato de ser homem é o cumprir-se a si mesmo, seu destinar-se enquanto “*bios*” e “*logos*”, e porque “*logos*” deve pôr em ato a Forma de seu ser. E o caráter do ser homem, ex-sistente, diz necessidade e não-necessidade, determinismo e não-determinismo porque afirma finitude e indefinido.

A Antropologia Filosófica diz o ser homem, ser tenso, e o seu “*logos*” em “*harmonia de forças contrárias*” (5): natureza e não-natureza, finito e indefinido, ser que devem e que é, seu próprio movimento de vir-a-ser é posto como finalidade ao

4) “*Logique*”, trad. de Guillermit, Vrin, Paris, 1966, p. 44.

5) HERACLITO, frag. 51.

seu devir, o cumprir-se homem. E o acontecer homem realiza-se no encontro destes movimentos: "enérgueia" e "entelécheia". E este encontro é a experiência do homem, e é neste experimentar e discernir que a Antropologia Filosófica é Metafísica do homem.

Experienciar homem é apanhar o ato da pessoa, o seu todo no que é e no como é, seu habitual, seu exercitar homem, seu caráter como sua morada própria, na qual ele é, tem seu lugar, sua pátria e terra, da qual todo originar tem devir e crescimento. E de seu estruturar-se é que ele se dispõe doando-se.

E o caráter de cada homem indica-lhe o acontecer, imprimir-lhe sentido. É o destino, o qual diz o existente em continuidade de seu devir, do seu dispor-se estrutural doando-se; existente que essencialmente é possuído, e se determina, pelo "dáimon", que é "noum/nómos". Mas é destino enquanto é decisão do caráter do homem, que se exercita libertando-se, (pois nem é só determinação, nem só liberdade), de acordo com suas possibilidades, e examinando-as e decide-se pela verdade do seu ser, totalidade e unicidade do seu ser em vista a uma realização de seu dever-ser (6).

O fragmento de Heráclito cabe ser meditado.

E na meditação devemos consentir em chamarmos a atenção que as ciências ao estudarem o homem deveriam entender que "o caráter do homem é seu destino". Que a educação, a sociologia, a história, a política, a psiquiatria, para ficarmos apenas nessas ciências, procurem atender melhor ao caráter do homem para descobrir-lhe o destino, e que este não lhe seja um "fatum", e que as ciências não olham apenas a aparência, ilusão, do homem sem apresentarem a sua realidade fenomênica.

E se não podem ser dadas soluções ao problema humano, não sejam apresentadas apenas rimas, que a meu ver vêm sendo más, todas elas. E novamente o poeta mineiro:

6) Cfr. MARIA DO CARMO TAVARES DE MIRANDA, "Os Franciscanos e a Formação do Brasil" Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1969, pp. 169, 178.

"Mundo mundo vasto mundo,
se eu me chamasse Raimundo
seria uma rima, não seria uma solução". (7)

Compete à Filosofia apresentar o sentido de toda realidade, e prenunciá-la, como também é de necessidade uma Antropologia Teológica.

É para a nossa realidade brasileira, de um Brasil de diferentes regiões, riquezas e indigência, que com o fragmento de Heráclito pensamos o homem brasileiro na Antropologia Filosófica. ...

Creemos realmente ser essencial para nós uma reflexão filosófica e teológica, rigorosas, sobre o homem e seu destino, em situação específica nossa, respeitando a nossa originalidade e tradição, tendo memória das nossas raízes e premeditando o futuro, segundo nossas possibilidades e nosso dever-ser (8).

Não que a Antropologia Filosófica seja a soma do que foi definido pelas ciências, mas porque é Filosofia metafísica do homem busca dizer o modo do ser do homem e seu estatuto ontológico, sem perder a realidade do homem encarnado, em tensão entre os diversos planos de seu ser uno.

E a Filosofia não pode ficar alheia à realidade do ser que somos, como somos e tais quais somos. E embora o homem seja o mesmo, cada homem é diferente. E nem seria de atitudes negativas, do regeitarmos os temas filosóficos pensados em terras estrangeiras, nem do mero copiá-las, tão pouco, que teremos o nosso pensamento servindo ao homem ser-brasileiro, pois novamente com Carlos Drummond de Andrade dizemos:

"e cada folha é uma diferente.

E cada instante é diferente, e cada

homem é diferente, e somos todos iguais" (9).

7) "Poema de Sete Faces", *ibid.* p. 10.

8) MARIA DO CARMO TAVARES DE MIRANDA, "Fé Hoje?", Recife, 1966, p. 53.

9) "Os últimos dias", *ibid.*, p. 30.

A cada um, homem ou povo, há uma memória-tradição que exige uma invenção-profecia, própria e adequada, que possa de caráter de cada um, homem ou povo, nação, fazer seu destino específico, seu decidir-se. E há situações diversas em cada memória-tradição nacional que foram legadas a cada homem ou povo, e que exigem uma invenção-profecia, a qual se instaura rutura, não instaura descontinuidade, pois a rutura é apenas ao que for empecilho à criação do homem nacional, e deve atender à memória-tradição que diz a Forma do seu ser, no nosso caso, a Forma do ser-brasileiro, para reinstaurá-lo, recriá-lo em seu próprio ser que devém.

Não é da Metafísica o pairar nas nuvens, e a Metafísica do Homem, Antropologia Filosófica, deve encarar o homem concreto, encarnado, "unidade de sua alma, sua carne, seus ossos", como diz Tomás de Aquino (I q. 75, a. 4, c), homem em situação, que existe com suas qualidades essenciais, que pensa, que quer, que ama, sente, age, que se relaciona consigo mesmo e com o que o rodeia, e é enquanto ser-no-mundo o que "decide fazer a história, sua história e não apenas ser simplesmente uma vida", conforme a compreensão de Binswanger (10), à qual podemos acrescentar as palavras de João Cabral de Melo Neto:

uma "vida severina
(aquela vida que é menos
vivida que defendida

....)" (11).

Mas mesmo assim, e reconhecendo a importância da linguagem na referência ao Ser, manifestando-o em sua concretude, e continuando com o poeta do Recife:

10) ROBERT MISRAHI, "Le Rêve et l'Existence selon M. Binswanger", in "Revue de Métaphysique et de Morale", 1959, n.º 1, p. 99.

(11) "Morte e Vida Severina", 3a. ed., Editora Sabiá, Rio de Janeiro, p. 82.

"É difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, severina;
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, respondeu
com sua presença viva;
e não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;

.....
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina". (12),

pergunto:

— que será o "responder com sua presença viva", senão o caráter do homem?

— e "desfiando o fio", o tecer o destino?

— e "ver a fábrica que ela mesma, teimosamente, se fabrica", não dirá o fazer história?

— e o "vê-la brotar como há pouco em nova vida explodida", não diz o desafio de tudo que rodeia o homem, mas que este decide e é capaz de nova criação?

Também para o homem "nascer já é caminhar" (13), e seu caminho é o exercício do homem a tornar-se homem, é a experiência do seu devir, pois,

12) *Ibid.*, pp. 115-116.

13) "O Rio", *Idem, Ibid.*, p. 119.

“Nem existir é mais que um exercício
de pesquisar de vida um vago indício,

a provar a nós mesmos que, vivendo,
estamos para doer, estamos doendo.

.....

dor do espaço e do caos e das esferas,
do tempo que há de vir, das velhas eras”! (14)

E sempre se coloque diante de nós a questão do homem que somos, nosso caráter e nosso destino; questão do que haveremos de ser segundo o que temos sido, invenção-profecia que não anule a memória-tradição nossa.

E a partir desta reflexão a Metafísica sobre o homem, ser-brasileiro, seja centro de estudos e de pesquisas da Antropologia Filosófica, ajudada por conhecimentos definidos por outras ciências e inclusive pela Teologia, como aliás tentamos nós fazer, com certa anterioridade, pelo menos, no Norte e Nordeste do Brasil, quando conseguimos que dentro da Metafísica, na Universidade Federal de Pernambuco, e portanto como questão metafísica, se estabelecesse o estudo ontológico da realidade humana, ajudados por quem, conhecedor de ciência, pudesse dar o material necessário para uma análise do ex-sistente, homem, ser histórico e tempóreo, e com isto já tentamos iniciar o estudo do homem ser-brasileiro.

E nem minimizamos o trabalho pelo qual o homem formando-se homem modifica o mundo, seu mundo, integrando e fecundando o passado-presente em função do futuro, nem também o trabalho laborioso de todas as considerações sobre o homem, como dizia corretamente Heráclito para os homens de seu tempo e de todos os tempos:

“Não encontrarás os limites da alma, qualquer que seja a direção de teu caminho, tão profundo é o seu logos”.

(frag. 45)

14) CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, “Relógio do Rosário”, *ibid.*, pp. 218, 219.

Paixão e morte de Oswaldo Cruz

WALDEMAR DE OLIVEIRA

A vida e a obra de Oswaldo Cruz só podem ser compreendidas e só devem ser avaliadas se se considerar a época em que se afirmaram. De outro modo, impossível configurar a grandeza da tela. A moldura é o Rio de Janeiro dos começos do século e são os seus homens, à frente Rodrigues Alves que, do Império, trazia à República, em porções iguais, experiência e patriotismo. Deu-se conta, logo, do que era a capital do seu país, tão bem descrita por Luiz Edmundo: “Pela aurora do século, conservava a sordidez e o mofo dos velhos tempos coloniais, quando o progresso rondava à entrada da barra, mas não entrava, tempos da casa feia e sem conforto, da rua estreita e não arborizada. Vivia o povo esperando o carnaval, os balões e as fogueiras de Santo Antônio e de São João, enquanto a bubônica, a amarela e outras epidemias dão trágicos festins pela cidade. Obituário em ascensão. Procissões pelas ruas”.

Em sua zona central, o Rio é um amontoado de pardieiros erguidos entre vielas e becos, empinados sobre outeiros e morros, labirinto oriental em que cada casa, atravancada de gente, é valhacouto de ratos e viveiro de mosquitos. O povo, porém, ainda não relacionara rato a peste, mosquito e febre amarela, promiscuidade a varíola. Nem percebe, em pleno centro urbano, a má vizinhança dos estábulos, a sordidez dos quiosques e o perigo do lixo, onde se banqueteam, a céu aberto, as ratazanas. Por conta de tal situação, que entretém endemicamente a tria-de terrível, os navios de carga escasseiam, na baía da Guanabara; os de passageiros, vindos do exterior, passam ao largo, condição antecipadamente assegurada pelas companhias de navegação; a imigração se restringe, o crédito do país se abala, o crescimento demográfico se faz lentamente, por serem os jovens os mais atingidos; e raros estrangeiros (de 1897 a 1906, 4.000 deles morreram de febre amarela) resistem, obedientes à reco-

mendação de não chupar manga... Não se perdera a memória da torpedeira italiana "Lombardia" que, em 1895, deixara sepultados, no Rio, 136 dos seus 240 homens. Em 1903, dão-se, na Capital Federal, 584 óbitos por febre amarela, 360 por peste e mais de 800 por varíola. Até existia, na cidade, uma certa "Casa das Fazendas Pretas", especialista em luto... Como escrevera Afrânio Peixoto: "... a capital do país dava internamente o exemplo de corrupção, e ao estrangeiro fazia justamente suspeitar de todo o Brasil".

Esse Rio de Janeiro constitui, por muito tempo, o exemplo da grande cidade brasileira onde uma elite de homens públicos e profissionais liberais, de poetas e escritores, de cientistas e parlamentares, contrastava, fortemente, com a mentalidade do povo, analfabeto e deseducado, inteiramente submisso à "rotina do chiqueiro". Conformado à imundície, ainda atribuía as doenças que o afligiam ao "gênio mefítico" dos pântanos, senão a castigos dos céus, aos quais implorava raios e trovões que o livrassem dos males.

Olhado à distância do tempo, parece-nos impossível a obstinada resistência que a gente do burgo infecto opunha à revisão dos seus hábitos de sujeira e resignação. E mais: que tão mesquinhos fossem, ainda, as atitudes da oposição política, sempre pronta a comungar, de público ou ocultamente, com as reações populares, desde que do tumulto pudesse retirar suas castanhas assadas. A evidência surgiria, claramente, do motim em que culminou a campanha contra a vacina obrigatória. Mas, durante toda a administração de Oswaldo Cruz, essa vesga oposição alimentaria, solerte, mas, generosamente, a fogueira da insatisfação popular. Fazendo acreditar na legítima reação do povo à violação de pretensos direitos seus, outra coisa não fazia senão mantê-lo em servidão, entre o lixo e a esterqueira. A oposição daqueles tempos ficaria como modelo maior da política brasileira. E a imprensa que a açulava, como exemplo de premeditada ignorância, incompatível com o superior exercício do jornalismo.

No campo da Saúde Pública, sucediam-se, inoperante, as administrações sanitárias. Ao fim de cada uma, o povo repetia:

"tudo passa e a febre fica". A resignação fatalista vinha do Império, com a cólera, a varíola, a febre amarela, e se estendia à República, que, em 1899, lhes acrescenta a peste bubônica em sua entrada triunfal pelo porto de Santos, no quadro nosológico do Brasil.

É chamado a combatê-la um certo Oswaldo Gonçalves Cruz, que já dirigia o Laboratório da Policlínica do Rio de Janeiro. Irá mostrar se alguma coisa aprendeu no Instituto Pasteur, de Paris. E como o Governo decide instalar, numa fazenda em Manguinhos, o Instituto Soroterápico, para fabricação do soro anti-pestoso, o prof. Roux, diretor daquele mesmo Instituto Pasteur, é solicitado à indicação de um nome, para a sua direção. O prof. Roux estranha. Pois, não possui o Brasil esse homem providencial?

Possui, sim. É aquele cujo nome Sales Guerra leva ao ministro José Joaquim Seabra, como mais capaz do que ele próprio para o cargo de Diretor da Repartição Geral de Higiene. O mesmo que Seabra submete à aprovação de Rodrigues Alves. E o velho conselheiro, ajeitando os óculos oblíquos:

— Quem é esse Oswaldo Cruz?

Saberia pouco tempo depois, no dia seguinte mesmo, porque, tendo-lhe assegurado carta branca, nomeou-lhe um secretário, sem o ouvir. Pretendeu Oswaldo Cruz renunciar ao cargo, o que fez Rodrigues Alves voltar atrás, primeira amostra de sua clarividência política e do seu decidido empenho em prestigiar o seu mais novo auxiliar.

Empossado, Oswaldo Cruz manifesta sua intenção de visitar Cuba, a inteirar-se dos processos ali aplicados, vitoriosamente, contra a febre amarela. Recebe os primeiros ataques da imprensa. Pois então, chamado a ver um enfermo em estado grave, o médico lhe diz: "Espere um pouco, eu vou ali ver as últimas novidades para o seu tratamento?" Arrisca-se a encontrar, de volta, morto, o doente... Surge, até, uma música que faz sucesso, com sua letra satírica:

Embora moço, já sou um sábio,
muito talento em mim se incuba.
Hei de mostrar prá quanto presto,
espere um pouco, eu vou a Cuba!

Desta cidade, tão malfadada,
eu quero já que o nome suba.
Vou saneá-la, matar a febre,
espere um pouco, eu vou a Cuba!

Atendendo à urgência de sua ação, Oswaldo Cruz desiste da viagem. E arregaça as mangas, começando por unificar os serviços municipais e federais de Saúde Pública, submetendo-os a uma só direção. Elabora um Código Sanitário, que lhe dê apoio jurídico, apresenta um orçamento de cinco mil e quinhentos contos; pede 1.200 homens para organizar sua equipe de trabalho; reformula serviços; cerca-se dos melhores sanitaristas da época, à frente Carneiro de Mendonça — e abre suas baterias pela higienização do Rio de Janeiro, apontado como “vergonha nacional do Brasil”. Como o dinheiro não chega, dos 1.200 homens apenas lhe aparecem 65 e o Código Sanitário lentamente transita pelos canais competentes (ou incompetentes...), Oswaldo Cruz não espera: põe-se a trabalhar com o que Deus é servido dar-lhe.

Encontra resistência, porque as medidas saneadoras se somam às do prefeito Pereira Passos, o “bota-abáixo”, como ficou cognominado. Contra os proprietários que se recusavam a colaborar na remodelação da cidade, o Haussman caboclo agia pela força, pela surpresa, pela rapidez. Tinha pressa, talvez porque já contasse 70 anos. Em 14 meses, projetou e abriu a Avenida Central, demolindo 500 prédios. Partiu, depois, para a Beira Mar, até Botafogo, o que significava a ligação da zona sul com o centro. Ataca a Mem de Sá, a Gomes Freire, a Pereira Passos, alarga a Urugaiana, a Carioca, a 13 de maio, a marechal Floriano, liga o Cais Pharoux à Praça Tiradentes, pela 7 de setembro e pela Assembléia, desafogadas. Nada resistia aos alvíos da Prefeitura, que arrasa, em dois tempos, 1.200 prédios e, mais, os morros do Senado e de São Bento. Perguntava-se: “onde

vão morar os pobres que estão sendo desalojados? Não há de ser nos prédios luxuosos que vão ser construídos!” Maldizentes indagavam: “Para onde vai tanto entulho?” Passos aterrava, com ele, a baía, para construção das obras do porto, que iam acabando com os monturos e a fedentina da Gamboa e da Saúde. O escritor Souza Pinto testemunhou: “Repete-se aqui a cada hora um cataclisma assombroso, tremendo, que, congestionando o solo e convulsionando o ar, despedaça, arrasa, velhos, sisudos muros sólidos. O ataque é cerrado, impiedoso, incessante. Alas inteiras de casas ruem, desaparecem da noite à manhã. As ruas alargam-se, transformam-se, endireitam-se. Dir-se-ia que manobra por aí fora um exército colossalíssimo de cíclopes ou, então, uma invisível e imensa armada de térmitas. Noite e dia, a picareta vibra e abate, ávida de sepultar num ápice as deploráveis fachadas, os sórdidos esconderijos, os estrangulados labirintos. (...) Os turnos de operários revezam-se sem cessar. É uma alucinação sem tréguas. (...) Desta admirável azáfama, nasce um terrível, inevitável inconveniente: a poeira. É assustador. Não há banhos, não há escovas, não há sabão, não há água, que a vençam, como não há olhos que lhe resistam, nem gargantas... Onde ontem havia uma rua, há hoje uma praça em ruínas; a esquina que dobraste à tarde, desapareceu na manhã seguinte. A maioria das casas de negócio anunciam, com grandes letras e prometedores descontos, que se mudam ou liquidam para demolição do prédio. (...) O prefeito Pereira Passos é, presentemente, o nome mais sabido, mais repetido, mais criticado e mais elogiado do Rio de Janeiro. É para alguns um deus e a nova cidade deve-lhe profundo culto. Para outros é o extermínio, o carrasco inexorável, um espectro pavoroso. Ou esse homem insinuante inaugurou outra mocidade ou lhe falsificaram a idade, na certidão”.

Transformando o Rio, da noite para o dia, Passos plasmava a “cidade maravilhosa”, cognome que data dessa época: fazia urbanismo, promovia salubridade, criava beleza, arborizando as perspectivas e ajardinando as praças. Houve quem escrevesse que pouco adiantaria tudo isso sem higienização. Erro de ótica: tudo isso já era higienização.

Ao destruir velhos túneis onde vivia uma população de ratos superior à humana que os cobria, ao exigir, para novas construções, a óbvia impermeabilização do solo, medida indispensável de antirratização, ao destruir muros enfeitados de cacos de garrafa e esvasiar esquecidos depósitos de água, Pereira Passos, com Paulo de Frontin ao lado, trazendo, em 7 dias, água à cidade, ajudava a obra de Oswaldo Cruz. Nunca, em qualquer tempo e em qualquer ponto do globo, triunfaram, de mãos tão fortemente apertadas, como no Rio de Rodrigues Alves, Saúde Pública e Urbanismo. A larga cirurgia da picareta fez mais, em favor da extinção da febre amarela e da peste, no Rio, do que todos os tóxicos e todas as ratoeiras espalhadas pela cidade.

A grita explode contra a atividade dos "mata-mosquitos", que violam os lares e ameaçam a segurança individual. Sucedem-se, em defesa de supostos direitos, os habeas-corpus, sistematicamente concedidos após decisão do Supremo Tribunal Federal, presidido por Epiácio Pessoa. Entretanto, quando uma atriz visitante — Georgina Pinto — morre de febre amarela (como, anos depois, morreria, no Recife, outra grande atriz de opereta, Dolores Rentini) a imprensa explode: "O Presidente da República, os Ministros, os altos funcionários, logo que chega o verão, mudam-se para Petrópolis, procuram acautelar a saúde, e os outros que cá ficam — que se arranjem. Isto foi e será sempre assim. Pobre Georgina Pinto, pobre povo, pobre país!" Escragnolle Doria estranharia, tempos depois: "Gritava-se antes contra a incúria dos governantes; gritou-se quando se mexeram".

Oswaldo Cruz não teme os vendavais. Multiplica suas ofensivas, dono de uma verdade que não é, apenas, a sua verdade, mas, a grande verdade da Ciência. Não se entretém em polêmicas. Não dá notas oficiais. Não pode perder tempo. Homem que tudo planejava, sem nada esquecer, agindo sempre dentro da lei, procurava cercar-se de leis. Seu pretenso despotismo refletia virtudes de um comandante ciente e consciente de como fazer e para onde ir. Fugiu, como assinalou Veloso Costa, do normal do excesso de teoria em quem planeja e de prática em quem executa.

Recursos realmente ponderáveis só lhe vêm um ano depois, quando consegue organizar a Inspetoria de Profilaxia da Febre Amarela, dividindo o Rio em dez Delegacias. Eis a razão de se dizer que somente começou a trabalhar em março de 1904, quando se comprometeu com Rodrigues Alves a extinguir a febre amarela, no Rio, três anos depois. Os humoristas, que nunca faltam neste país, glosam a promessa feita, afirmando que Oswaldo Cruz acabará com a febre amarela no dia tal, de tal ano, a tantas horas, tantos minutos e tantos segundos...

Aprovado o Código Sanitário, logo o povo o crisma de Código de Torturas. Sátiras encham os jornais:

Leitores, acaso conhecem o Oswaldo
rapaz elegante, rapaz dos bonitos
que mata a amarela matando mosquitos
dos quais resta apenas um último saldo?

Conhecem-no, acaso, leitores fiéis?
É um moço comprido que traz na cachola,
correta, escovada, luzente cartola,
cartola do custo de trinta mil réis.

As damas, ao vê-lo, altivo, discreto,
na sobrecangica solene que traz,
murmuram, pasmadas: que belo rapaz!
e os homens exclamam: que cabra correto!

.....

Aí têm os leitores, em breve resinga,
o autor do já célebre Código Novo,
que num torniquete quer por o Zé Povo,
trazendo-o na ponta de uma seringa.

Não acham, porém, que o bom senso aconselha
no autor de tal Código exame acurado?
Eu acho, pois ereio-o mas é precisado
de um quarto, no Hospício da Praia Vermelha.

Oswaldo Cruz não se altera, diante dos remos repetidos.
Celebrou ele uma conferência com o Ministro? Claro: se cele-

brou é porque é célebre. Confabulou com o Presidente? Lógico: confabulou porque é fabuloso. Essa carga de ridículo que tanto agrava a descrença do povo, espicaça-o: o que não pode fazer de um modo, faz de outro. Até onde não haviam chegado os habeas-corpus, chegavam seus homens, em suas sacolejantes viaturas a dois cavalos, manejando precários dispositivos de fumação e arrostando com as cruéis consequências de que está cheia, também, a história do sanitarismo, em Pernambuco: o insulto, o apedrejamento, a agressão, o saque.

Um verzejador profetiza:

Hás de também ser mordido
mestre Oswaldo, perseguido
por um milhão de malditos
ratos bravos e mosquitos;
e com eles sossegado,
não ficarás um bocado.
Hás de sentir a provança
de constante e feroz dança.
Hás de enfim ser perseguido
como o Zé Povo tem sido
por ti, que barbaramente,
martirizas toda a gente!

Dezenas de caricaturas surgem nas revistas ilustradas e Oswaldo Cruz as coleciona a todas, carinhosamente — coleção que Edgar de Cerqueira Falcão reproduz no seu “Monumenta Histórica”, magnífica edição da Hoescht. Um homem como esse, olímpicamente indiferente aos agravos irresponsáveis, dá pano para as mangas aos caricaturistas: “Higiene a muque!” é o título de um desenho. E como única legenda: “Ou vai ou racha!” E para que servem os 5.500 contos pedidos ao Governo? Para martirizar o povo! Não é este a vítima de sempre? Sim: “vítima de sempre” é, precisamente, o título de outro, no qual Pereira Passos, ao fundo, afia sua faca, querendo tirar, também, o seu pedaço. A mais cruel caricatura, porém, publica-a “O Malho”: a de dois meninos levados à presença de um dele-

gado de Polícia por estarem brigando na rua. E por que? Porque um chamou o outro de... — Oswaldo Cruz!

O Mestre não dá nenhuma resposta — e nisso reside muito de sua grandeza. Só uma vez sai do seu mutismo, para declarar: “A minha resposta dá-la-ei em breve: será a extinção da febre amarela”. Redobram os achincalhes. O Governo hesita. Oswaldo Cruz dirige-se a J. J. Seabra: “Tenho absoluta certeza de que se a campanha for atenuada ou modificada, irromperá nesta cidade uma das maiores epidemias de que há memória, pois todos os fatores estão presentes e também o combustível — o imigrante”.

Ao escrever, no álbum de uma senhorinha, numa festa de caridade — não frase de lirismo, mas, a prosáica afirmativa — “*O Stegomya fasciata* é o único transmissor da febre amarela”, Oswaldo Cruz provoca a musa vadia:

Tínhamos nós, há longo tempo, cloacas
imundíssimas. Tínhamos vielas
bem mais imundas do que aquelas
e esterqueiras e estábulos de vacas.

Tínhamos capinzais e hortas e fracas
casas onde o ar só vem pelas janelas.
Tínhamos podridões, sujo, mazelas,
lama na rua em duradouras placas.

De tais coisas talvez nascesse a febre
mas vem da Higiene um médico famoso
por mil monografias reputado

chega e, sábio que ele é, levanta a lebre
e diz: “Da febre o autor, que é perigoso,
o autor é só o mosquito... se é rajado!”

Tal era a grossa casca da ignorância, no Rio daquele tempo. Entretanto, Oswaldo Cruz não trazia novidades. As primeiras noções tinham vindo de Nott, de Beauperthuy, de Carlos

Juan Finlay, médico cubano, que identifica o *Stegomyia fasciata* como o mosquito especificamente responsável pela transmissão do mal amarelo. Missão médica militar, chefiada por Walter Reed, em 1900 (época da ocupação da Grande Antilha, pelos norte-americanos) sanciona a descoberta, confirmada por William Crawford Gorgas, chefe de uma comissão de técnicos norte-americanos empenhados na erradicação da febre amarela, em Cuba, do mesmo modo que por White, em Nova Orleans e por Liceaga, no México. A notícia já chegara ao Brasil: Emilio Ribas, em janeiro de 1901, publicava, em São Paulo, um opúsculo sobre “o mosquito considerado como agente de propagação da febre amarela”, tendo aplicado seus conhecimentos nas epidemias de Jaú e de Dois Córregos, em Campinas e em Santos. Entre fins de 1902 e começo de 1903, o mesmo Emilio Ribas e, mais, Adolfo Lutz, Luiz Pereira Barreto, Adriano de Barros, Silva Rodrigues, haviam realizado, no Hospital de Isolamento, em São Paulo, demonstrações experimentais, conseguindo infectar indenes, com resultados benignos. Rezam as crônicas que Ribas e Lutz foram os primeiros, “fazendo-se picar e picar bem por vários mosquitos infectados”, como se lê no Relatório da Comissão Médica incumbida de observar os trabalhos. Suas conclusões serviram de base à memória apresentada (segundo narra Vital Brasil) ao 6.º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, em junho de 1903, por Emilio Ribas. Note-se a data: Oswaldo Cruz já assumira ser cargo. E, antes dele, já Carneiro de Mendonça agira, como sanitaria, na conformidade da conhecida noção. Somente a imprensa carioca e a oposição política ignoravam a verdade científica mundialmente conhecida. Podendo, uma, ajudar e a outra, pelo menos, calar (já que seria muito aplaudir), ligaram-se xifopagicamente para contrariar, denegrindo. No mesmo ano de 1903, no Rio, sob as vistas de Marchoux, de Salimbeni, de Simond, componentes de uma missão científica francesa, se haviam repetido experiências concludentes, assegurados seguros especiais aos que voluntariamente se submetiam aos riscos da inoculação infectante. Duas mortes provaram a doutrina científica. O próprio Oswaldo Cruz disse-cara, com seus colegas, os corpos sacrificados à Ciência, em busca da verdade. E chorou com o bisturi a tremer-lhe na mão. Inútil, para imprensa e oposição, o que se provasse e compro-

vasse. O interesse coletivo se situava no degrau mais baixo de sua escala de interesses.

Ao recebê-lo, alguns anos depois, na Academia Brasileira de Letras, Afrânio Peixoto escreveria: “Todos os dias reis e estadistas, industriais e aventureiros, imprudentes e desastrados, causam a morte a milhares de homens, (...) sem responsabilidade, sem remorso. Mas, vós, sacerdote de uma religião, porque o deve ser a vossa medicina de desprendimentos e de altruísmo, pelo bem de todos, pelo bem de cada um, a vós deve ter pesado muito e feito muito sofrer vos encontrardes diante da dolorosa necessidade. Estou que alguns dos vossos cabelos brancos alvejaram nesse dia... A vossa consciência justa vos deve ter consolado de que éreis apenas sacrificador eleito pelo destino: fostes forçado a cumprir, uma vez mais, a velha lei da história que exige, para a menor das conquistas na felicidade do homem, um pouco de sangue derramado. A remissão do pecado, a honra, a glória, a justiça e até mesmo a verdade, custam sangue...”

Não defendia, Oswaldo Cruz, pois, verdades que ele próprio houvesse proclamado. Não lhe coubera, na verdade, a descoberta da transmissão específica da febre amarela, nem a da cadeia rato-pulga-homem, nem a da vacina anti-variólica. Coube-lhe, tão somente, aplicá-las, na capital brasileira. Mas, esse “tão somente” é que encerrava um mundo de dificuldades, a reclamar aquelas virtudes raras de cientista e de administrador que consagrariam Oswaldo Cruz. O “tão somente” que nos tem faltado, até hoje, para acabar com a esquistossomose, com a filariose, com a doença de Chagas...

O higienista tem nisso sua mais alta qualidade: não precisando preocupar-se das causas, tarefa dos pesquisadores, ocupa-se, necessariamente, dos efeitos. Homem de pensamento, mas, acima de tudo, homem de ação, é mais da Ciência Aplicada do que da Ciência pura. Na luta em que se empenhava, o seu mais precioso colaborador, lento, mas, infalível, seria o Tempo. Palavras pouco adiantavam para convencer os incrédulos. Sua meta somente seria atingida — não subitamente, como nas mágicas, mas, lentamente, na monótona fluência dos dias. Era uma em-

presa a longo prazo: somente com três anos de trabalho intenso, a febre amarela será contida e somente no fim de seis, cairá a zero, no obituário. A peste virá a desaparecer, totalmente, dez anos depois, mas, já em 1909, é um perigo controlado. A varíola resiste, porque, à falta do apoio oficial, lhe não foi possível generalizar, como tentou, a vacinação intensiva do povo.

Mas, Oswaldo não cede. Não esmorecia para não desmerecer. Quatro verbos emolduravam o seu braço: saber, esperar, querer, poder. Ele sabia e esperava; e o seu poder vinha do seu querer. Ademais, tinha a seu lado, três homens: Seabra, que o indicara e o mantinha; Rodrigues Alves que o prestigiaria até mesmo quando o próprio regime periclitasse; Pereira Passos, com o qual sincronizou, desde o início de sua cruzada. Sem Rodrigues Alves, Oswaldo Cruz não teria triunfado. Com outro que não Pereira Passos provavelmente teria enfrentado as mesmas dificuldades que derrotaram os seus antecessores — Paula Cândido, Domingos Freire, Torres Homem, Nuno de Andrade. Ter-lhe-ia sido impossível guerrear sozinho. Respalado nas supremas autoridades de sua área, bem que o chamaram Oswaldo Costas Quentes. Graças a isso, foi-lhe possível promover visitas domiciliares em 65 mil prédios do Rio, condenar 5 mil deles, derrubar centenas de construções de madeira podre, remover toneladas de lixo. Olavo Bilac não deixou passar a “deixa”: “O que o amor à limpeza pode conseguir, já o estamos vendo. A Diretoria de Saúde tem retirado dos quintais e telhados tanto lixo que a gente chega a estranhar que, no meio de tanta imundície, não se hajam manifestado epidemias horripáveis na cidade, matando cem ou duzentas pessoas por dia”.

Todavia, nem o povo se convence, nem abrem mãos, os jornalistas, da rica matéria prima que Oswaldo Cruz lhes proporciona. Surge o noticiário jocoso: “Da febre amarela as notícias são as mesmas. A ordem é matar mosquitos a ferro, a fogo, a pó, a água, a fumo, a seringa, a dedo. Feito isto, não teremos mais que recear e, extinto o último culicídeo rajado, extinto estará o último vômito preto. Diabo, se a febre amarela dá para fugir com o culicídeo à seringa”.

Que importava a tal jornalismo desenvolvido e impuro o testemunho de sábios estrangeiros que visitam o Rio — Otto e Neuman, da missão alemã que sucede à francesa? E as conclusões do Congresso Internacional de Paris, onde Gabriel Piza defende a boa doutrina? Pasquim insiste, numa página de “O Tagarela” (nunca um nome foi tão bem posto!), apresentando Oswaldo Cruz como um pernilongo que importuna o sono do Presidente:

O povo é que não quer saber de histórias,
acha que as suas lutas e vitórias,
não passam de pilhérias ratices,

e todas as fantásticas brigadas
contra os mosquitos são consideradas
como a maior de todas as tolices!

Um outro, do mesmo padrão, mostra sua incontrolável ignorância: “O Diretor de Higiene não é má pessoa e a população lhe deve ser grata: a idéia do mosquito é que é irrisória. Quando se quer amesquinhar alguém, basta dizer — não vale um mosquito. Pinta-se a morte, em geral, como uma velha, de terrível catadura, armada de foice. Pintá-la como um mosquito, seria cômico...”

Dir-se-ia ocorrerem escusos interesses (já àquela época existiam forças ocultas) em manter a imagem do Rio como porto sujo, porque, de todos os lados, despedem-se setas contra Oswaldo Cruz. Amadores do Grêmio Dramático da Tijuca vivem um pitoresco diálogo entre um anófeles e um culicídeo; certo português, dono de uma cabeça-de-porco cheia de ratos e sevan-dijas, tentava pedir a intervenção da Embaixada do seu país contra o constrangimento que sofria, naturalmente no seu direito de morrer de febre amarela; numa coluna de jornal, afirmava-se que os cinco mil e quinhentos contos pedidos vão desaparecer — e os mosquitos, não... — miséria que atingia Oswaldo Cruz na sua fibra mais sensível, como afirmou sua filha: a honrabilidade.

Nem a isso dá, ele, resposta. Como não dá aos epítetos mais contundentes com que o alvejam: Luiz XIV da seringaço, Papa-mosquitos, dr. Cuba da Cruz, o Nero da Higiene, o Czar dos Mosquitos o Scarpia da Higiene, o Guilherme Tela de arame, o dom Ratão — e outros, menores — moleque, pivete, analfabeto... As caricaturas se multiplicam. Delas, porém, já se disse que são o pedestal para o bronze definitivo. Os homens públicos têm de começar por experimentar essa faca de dois gumes — e partir daí para a consagração popular. Ser esquecido pela caricatura é que é sofrer penosa humilhação.

Não se pense, porém, que só o povo se ergue contra o saneador. Também das elites partem vergonhosas resistências. Antônio Austregésilo escreveu: "Testemunhei as agressões insidiosas de professores e profissionais da medicina contra o portador da nova seita da consciência sanitária". No Parlamento, de língua solta, estão Barbosa Lima, Barata Ribeiro, Rui Barbosa. Na imprensa, se um Medeiros e Albuquerque defende Oswaldo Cruz, Bastos Tigre lhe dedica suas rimas fáceis, desfrutando a mais temível liberdade de imprensa — a liberdade sem responsabilidade. Nesse clima, estoura como uma bomba mais uma façanha da Higiene: já se não queimam os colchões e os travesseiros utilizados pelos amarílicos! E no entanto, nada mais lógico: provada a transmissão da doença pelo mosquito, a desinfecção terminal não tem mais cabimento. Conta-se que o próprio Rodrigues Alves interveio para que se respeitasse o velho hábito da população. Oswaldo Cruz relataria, pouco depois: "O Presidente foi muito gentil, fazendo um pedido, quando me poderia ter dado uma ordem. Infelizmente, não poderei atender ao seu pedido. Se deixar que sejam queimados os colchões e travesseiros tidos como poluídos, ao ser exterminada a febre amarela não faltará quem diga que foi por causa disso e não da destruição dos mosquitos". Foi nessa ocasião que, cedendo às razões de quem sabia mais do que ele, Rodrigues Alves proferiu frase que a História guardou: "É impossível que esse moço não tenha razão".

Em lugar da desinfecção terminal, Oswaldo Cruz se voltou para os expurgos de casas e quarteirões inteiros, envoltos em imensos toldos. Explicaria à Justiça, sempre inclinada aos ha-

beas-corpus: "Uma ou duas casas de uma rua inteira que escape ao expurgo darão guarida aos numerosos insetos infeccionados e rechaçados, espalhando a infecção numa proporção constrictadora: cada mosquito infeccionará uma dezena de pessoas, que por sua vez infeccionarão uma centena de mosquitos e estes farão a cidade voltar aos tempos de cem óbitos de febre amarela por dia".

Desgraçadamente, por falha do pessoal encarregado dos expurgos, ardem, no mês de junho, algumas casas, em São Cristóvão. Diz um humorista que "o dr. Oswaldo Cruz anda acertado pela primeira vez", porque isso de fogo é próprio do mês de São João... O fato dá capa de revista, apontando Oswaldo Cruz como produto de capivara com cão danado". O povo brada, pela pena de um panfletário: "Casa de pobre a Higiene ataca, mas um dia ela também pode pegar fogo!" "O Malho" investe, furioso: "Estamos bem arranjados se o pessoal da Higiene principia a deitar fogo às casas, como aconteceu, há dias, na residência de Artur Azevedo". E grita outro: "A princípio, o jovem dr. Oswaldo Cruz mandava fumigar d' enxofre as casas, depois mandou envolvê-las em panos e agora manda queimá-las!" E mais outro perde as estribeiras: "A continuar o vandalismo dessa higiene incendiária, ao fogo crepitante do desvario oficial, terão os vitimados, se não lhes valerem os tribunais da União, de opor talvez o fogo das balas, em legítima defesa do lar... Está definitivamente tudo errado: só nos faltava o incêndio, em nome da lei!" Aqui e ali, há vociferações tremendas: "Se o Governo cria o direito a seu talante, o Governo está fora da lei. Nem constitui mais Governo. Aos habitantes do Rio, cumpre-lhes rebelar-se. Como não, se com o Código de Torturas o Governo se propõe martirizá-los? Em tais condições, nada mais legal do que opor barreiras à monstruosidade, que reagir..."

Era o incitamento à revolta: os auxiliares da Saúde Pública são agredidos; o carro de Oswaldo Cruz é assaltado e sua casa, onde se refugia, apedrejada.

Oswaldo Cruz não se atemoriza. Prossegue nos expurgos, visando dupla finalidade: combate ao mosquito e combate ao rato e suas pulgas. Decidido a exterminar os dois males, manda

construir uma lancha especial para aplicar gás sulfuroso e vapores de fenol nos navios suspeitos e chega a planejar encher os esgotos da cidade, com água do mar, o que o mau estado da rede não permitiu. A mortandade dos roedores era imensa: contavam-se 5 a 6 mil, cada mês, pagando-se a 300 réis os que à Higiene fossem entregues pelo povo. Surgiu, em consequência, o rendoso negócio da criação de ratos, uma delas em Niterói, outra em Macaé, de onde um "industrial" aparece com uma conta de oito contos de réis... Negócio frustrado, porque, descoberta a fraude, exigiu-se a prova da naturalidade do bicho, que tinha de ser carioca mesmo... A verve de um jornalista se expande numa tabela pitoresca: ratos barrões, a tostão; bebês, a 2 vinténs; sogras, a 3; donzelas, a 4; grávidas, a 6 vinténs. E surge, até, uma polca que o Brasil inteiro repete...

O pior estava para vir, quando chega a vez da varíola. Mas, se a febre amarela era o mosquito e a peste, o rato, a varíola fia mais fino: por ser doença de contágio direto, tem de ser contida, para além das medidas de profilaxia geral, pela vacinação específica. Isso significa que a população teria de sofrer então, como vulgarmente se diz, na própria pele. Tornada obrigatória, já, em vários países — na Alemanha, desde 1874, o que lhe valeu extinguir totalmente a doença — Oswaldo Cruz tenta lei semelhante, no Brasil. Essa vai ser a sua maior batalha, uma batalha que perderá, embora vença a guerra. Um Waterloo sem Santa Helena. É que tem de enfrentar um novo e perigoso inimigo: o positivismo, que extravasa de doutrina filosófica, sem raízes profundas no espírito público, para revestir o caráter de um partido político, fortalecido pelo elemento militar que, desde a guerra do Paraguai, influía poderosamente nos destinos políticos do País. A República se fizera ao fluxo de patentes militares educadas nos preceitos de Augusto Comte e a legenda da nova bandeira não deixava ilusões sobre isso. Somente razões de natureza científica, ou filosófica, não justificariam a celeuma surgida durante a discussão do projeto de lei da vacina obrigatória. Estranhando-a, Salles Guerra deduziria, logicamente, que "outros sentimentos, quiçá de natureza mneos confessável, deviam estar em ação".

Algo, realmente, se passava nos bastidores da política. Lauro Sodré se movimenta, braço dado a Vicente de Souza e a Barbosa Lima, que, na tribuna parlamentar, mantém acesa a flama da resistência. Rui Barbosa, que anos depois exaltaria a memória de Oswaldo Cruz em grande solenidade, no Teatro Municipal, afirmando que o ano de 1903 "deve inscrever-se em caracteres imortais na história do Brasil, como um dos mais áureos desta nacionalidade", conclama: "Senhores, assim como o direito veda ao poder humano invadir-nos a consciência, assim lhe veda transpor-nos a epiderme. Uma envolve a região moral do pensamento. Outra, a região fisiológica do organismo. Dessas duas regiões se forma o domínio impenetrável da nossa personalidade. Até aqui, até a pele que nos reveste, não pode chegar a ação do Estado. Sua polícia poderia lançar-me a mão à gola do casaco, encadear-me os punhos, lançar-me ferro aos pés. Mas, introduzir-me nas veias, em nome da higiene pública, as drogas da sua medicina, isso não pode, sem se abalancar ao que os mais antigos despotismos não ousaram..."

Convenhamos: algumas dúvidas poderiam ainda pairar, naquela época, no espírito da população, acicatado pelos defensores da fé comteana. E por força, também, de comentários, na imprensa, dos próprios advogados da vacinação. O prof. Rocha Faria, por exemplo, vinha afirmar que "a imunidade obtida pela vacina não é absoluta, nem permanente"; o prof. Miguel Couto lembrava que as soluções de continuidade da pele podem ocasionar infecções secundárias, se não forem tratadas convenientemente. E quando o prof. Carlos Seidl vem afirmar que "os alemães estão satisfeitos com a sua lei de obrigatoriedade", o dr. Bagueira Leal, médico e fanático pelo Positivismo, pula na arena, transcrevendo a opinião de três cientistas alemães: a do dr. Yung — "para grande pesar meu, foi só na velhice que reconheci que a vacina não é uma bênção, mas, uma maldição para a humanidade"; a do dr. Bohm — "nem a pólvora, nem o chumbo, nem a lança, nem o sabre, têm destruído tantas vidas como a lanceta do vacinador"; e a do dr. Weiss — "eu merecia que me enforcassem no mais alto pinheiro da Floresta Negra como castigo pelos crimes de vacinação que por muito tempo cometi contra o pobre povo".

Bagueira Leal era fértil. Escrevia artigos sobre artigos. Para ele, a vacina anti-variólica era o envenenamento forçado da espécie humana. Entre seus efeitos, catalogava a sífilis — pois, *pox* não significa, em inglês, segundo Littré, sífilis? Conclusão: vacinação obrigatória é sinônimo de sifilização obrigatória. Não é que ela produza a sífilis, não. Ela é a própria sífilis. E só a sífilis? Não. Também a tuberculose, porque a vaca — recorda Bagueira — é o animal tuberculoso por excelência, pelo que, conclui, “um dos meios mais racionais de concorrer para diminuir os estragos da tuberculose é suprimir a vacina; um dos meios mais certos de incrementar-lhe o desenvolvimento é decretar a vacina obrigatória”. Mesmo porque — lá está em destaque — “pús não dá saúde”. E os médicos da Higiene ainda ganham dinheiro vendendo a carne dos bezerros infectados.

Também lepra. Para o Bagueira, “a vacina é uma causa verdadeira da imensa difusão que a lepra tem tido”. E, para além disso tudo, os acidentes consecutivos à vacinação — “albuminúria, bronco-pneumonia, convulsões, diarreia, epilepsia, gangrena, hemorragias, lupus, meningite, nefrite, edema pulmonar, osteo-mielite do fêmur, paralisia do braço, pús no sangue, pús na urina, uremia, vacina oftálmica, erisipela, difteria e tétano”.

Nem se viesse dizer que a vacinação produzia uma varíola benigna, pois, tudo não passa de um sofisma — o “sofisma da mitigação”. Nada. O que a escravocracia vacinista deveria fazer era proibir desinfecções, porque viciam o ar. Hospitalização? Somente para quem reclamar. E fundar a “assistência domiciliar” para tratamento dos pobres. Nada de notificação compulsória, que é perjúrio, delação e covardia. Nada de isolamento, que coloca o indivíduo em recintos saturados de infecções. Para ele, o varioloso não é um perigo real; é um perigo conjetural.

O higienista Nuno de Andrade, antecessor de Oswaldo Cruz, na Saúde Pública, comparece ao debate: “Ninguém sustentará que um homem são, pela circunstância de não ser vacinado, constitua um perigo para a incolumidade alheia, que dele precise defender-se. Se a profilaxia pública, no exercício de sua

função social pode e deve isolar o varioloso, para que não contamine o são, não pode *obrigar* o são a vacinar-se para que não adoeca”.

Um outro médico, na revista “Kosmos”, não combate a vacina, mas, protesta contra a sua obrigatoriedade, porque — explica — há organismos intolerantes para a vacina como os há imunes à varíola. Ciência — afirma — não se faz por decreto. Em consequência, “princípio controverso, efeito variável, não é infalibilidade, é dúvida e impô-los não é lei, é violência. A infalibilidade da vacina — insiste — é contestada e contestável”. E assim alinhava sua catilinária: “Futuramente, alguém dirá: ‘O que? O Oswaldo? Cruz!’ Quem sabe, hoje, o nome desse médico?”

A verdade é que tantos depoimentos, alguns deles assinalados por nomes respeitáveis, repercutiam no ânimo público, despertando compreensiva revolta contra as autoridades sanitárias. Estava, assim, selada de berço a sorte da lei que o Congresso discutia, único erro, a meu ver, de Oswaldo Cruz, porém natural porque, como costuma lembrar Gilberto da Costa Carvalho, citando Fontana, só não erram os homens que nada fazem. “O Malho”, entretanto, apontava o melhor caminho: “Todos nos devemos vacinar e revacinar, voluntariamente: por sua parte, o Governo tem meios para obrigar os cidadãos à prática desse processo defensivo, exigindo atestados a todos quantos batam à sua porta. Tudo o que exceder disso, é provocação intempestiva”. O Governo desprezou o alvitre.

Quase toda a imprensa se mobiliza, então, contra Oswaldo Cruz. Como são muitos a serem vacinados, um caricaturista propõe o “espeto obrigatório”, que vacinaria em série... E como irá o povo defender-se contra a agressão dos vacinadores? Impossível: as lancetas ganharão um cabo e ninguém ficará fora do seu alcance. Já de casa em casa, surgem turmas de vacinadores, com escolta policial, intimidando os moradores. Claro: se a vacina é jeneriana, deve ser empregada genericamente — dizem os trocadilhistas... J. Carlos sugere um remédio: que o vacinador seja enfrentado por uma megera munida de um bom cabo de vassoura: “Malcriado! Vá vacinar seu pai!” Noutra

caricatura, uma família inteira espera o médico a cacete: “Vá, amigo, entre — quero vaciná-lo”. No porrete em riste, uma frase: “Serum contra a invasão do lar”.

Quando uma preta — a Cipriana — morre vítima de “gengrena consecutiva a vacinação anti-variólica” (causa-mortis atestada por um outro dr. Cruz, este, porém, positivista) então a patulêia se alvoroça e os horizontes se turvam. A insinuação de “O Tagarela” diverte: ao jovem que a persegue, dizendo-lhe — “Deixe que a vacine!”, a pequena responde: “Eu sou de família!”. Em outra caricatura, o Governo não consegue conter a alimária do povo para que seja cavalgada pela lei da vacina obrigatória. A calúnia e a insensatez progridem. Que quer Oswaldo com sua vacina? Transformar o homem num campo vivo de experiências. Para que anda comprando ratos? Para extrair deles a vacina mortífera. Que está imaginando para 1905? A lavagem obrigatória! E qual o motivo da briga entre dois meninos? Um queria vacinar o outro à força — este passou-lhe o braço...

A lira popular lança mais lenha ao fogo:

Bem dura, na verdade, a nossa sina!
Inda um mal não termina, outro começa!
Vamos perder deveras a cabeça,
com a obrigatoriedade da vacina!

Das moléstias valendo-se, a Higiene
segue do povo na opressão infrene
da tirania o pavilhão desfralda!

Lícito é, pois, que o povo erga seu brado
por ter de ser à força vacinado
por esses cafajestes de esmeralda!

Numa capa de revista, o algoz apresenta ao povo a alternativa: ou algemas de ferro ou lanceta: “Escolhe!” O estímulo à rebelião popular é a tônica dos panfletários. O caricaturista Leônidas desenha o que será o choque entre a população revoltada e o Napoleão da lanceta e da seringa. Um panfleto se es-

palha pela cidade: “Cidadãos: um governo anti-republicano, mais que isso, anti-patriótico, levado pelos conselhos egoísticos de charlatães sem clínica, pretende fazer a Pátria retrogradar para além do regime colonial, para além do tempo das feitorias, transformando o povo num viveiro de cobaias. O atual regimento, cognominado Código de Torturas, é uma agressão à dignidade humana, um ultraje à probidade médica, um atentado a nossos brios, é uma violação insólita de vossas câmaras conjugais, é um desacato grosseiro ao nobre melindre de vossas esposas, é, finalmente, um bote selvagem aos santos aposentos de vossas filhas púberes”.

E Rodrigues Alves começa a compreender que, por trás de toda aquela resistência, se trama a queda do Governo, senão a substituição do regime, pela volta à monarquia.

Aprovada no Congresso, a lei sobe à sanção presidencial. O Presidente hesita, mas, Mefistófeles, de dedo em riste numa capa de “O Malho”, impõe: “Assina!”. A lei é sancionada, realmente, a 31 de outubro de 1904. Os frutos do conúbio Positivismo/Oposição, porém, amadurecem. A Escola Militar é atraída por oficiais indignados pelos positivistas. O povo, engrossado pelos desordeiros que descem da Gamboa e do Saco de Alferes, põe-se a derrubar lampiões, a erguer barricadas com pedras dos entulhos, a cortar fios telefônicos, a incendiar bondes, a investir contra a Companhia do Gás. Resistindo à pressão dos que insistem na demissão de Oswaldo Cruz, o que salvaria a situação, Rodrigues Alves responde: “Um homem desses não se demite. Ademais, a vacina é apenas um pretexto”.

A tropa legal sai às ruas. Há tiroteios, feridos, mortos. Correm a Rodrigues Alves, aconselhando-o abrigar-se num vaso de guerra. Outra resposta histórica: “Meu lugar é aqui!” Fica no Catete, mandando prender os chefes da mazorca, muitos deles abandonando, miseravelmente, seus iludidos subordinados. Esclarece-se, por fim, a ação criminosa dos pescadores de águas turvas, Lauro Sodré à frente.

Embora sancionada, a lei não foi regulamentada. Oswaldo Cruz desabafar, em seu relatório de 1904: “É vergonhoso que,

no século XX, a cidade que por todos os motivos tem o incontestável direito de ser considerada a primeira cidade da América do Sul, tenha sido o maior foco de varíola do mundo, em 1904! (...) Uma torpe exploração política, torpe porque especulou com a saúde e a vida da massa popular ignorante, impediu que tão patriótica lei já esteja em vigor. Tem esta Diretoria absoluta certeza que o patriótico Governo da República ordenará quanto antes que esta Diretoria ponha em prática a salutar lei. A aplicação da medida é reclamada pelas 3.566 vítimas imoladas em 1904, pela varíola". E que deduções de tão trágico fato tiram os positivistas? Esta: a recrudescência da varíola era devida aos milhares de vacinações que chegaram a ser feitas.

Oswaldo Cruz tenta a regulamentação prometida da lei, moldando-a na da Alemanha. Elabora um ante-projeto. Cauteloso, Seabra opina que tudo seja submetido ao "juízo, discussão e deliberação de homens habilitados, quer na sua parte técnica, quer na que deve jogar com as garantias constitucionais". A reunião de tais juízes e técnicos, com presença de Oswaldo Cruz, foi muitas vezes interrompida, na praça fronteira, por assuadas do povo bem ensaiado, que a polícia dispersava, tumultuosamente. Até Seabra parecia duvidar — ou temer. Na melhor das hipóteses, ganhava tempo... Só 15 anos depois, com Carlos Chagas à frente da Saúde Pública, viriam a ser fixadas, em novo Regulamento Sanitário, normas de sistematização da vacinação anti-variólica.

Oswaldo Cruz não desanima. Olhado de longe, na perspectiva do tempo, parece-nos que bem penoso deveria ser conviver com esse homem, teimoso até à obstinação, casmurro, inflexível, intratável, avesso a recepções e fotografias. Mas, não é esse o testemunho dos seus contemporâneos. Quantos o viram e com ele conviveram, informam o contrário: era homem simples, sizado, porém não ríspido, de fala mansa e baixa, que aos seus mais humildes auxiliares considerava amigos e não subordinados. Figueiredo Pimentel o vê, no seu "O Binóculo", com "a modéstia da violeta, o jeito de querer se esconder, escapando a grandes passadas na multidão", a pressa dentro de si mesmo,

não nos gestos ou nas abas da casaca, em seu afã de vencer a distância ou o tempo.

Estabelecidas as linhas mestras do saneamento do Rio de Janeiro e restaurados seus créditos ao estrangeiro, Oswaldo Cruz amplia o seu raio de ação, lançando os olhos sobre os portos do país, muito frágeis, em suas defesas sanitárias. Urgia melhorar sua infra-estrutura, com o fim de evitar, pela instituição de rigorosa polícia sanitária marítima, que permanecessem portas abertas à invasão de doenças exóticas. Cumpria incorporá-los ao grande esquema da segurança sanitária do Brasil, pela unificação dos serviços de profilaxia geral. Definiu, nessa oportunidade, como "um descabro nacional", se corporificadas, as ameaças que pesavam sobre o Brasil, pela incidência, ainda alta, da febre amarela, da peste e da varíola, em diversas cidades do Nordeste. Traça, então, um vasto plano de profilaxia, pede ao Governo 4.000 contos de réis e parte, num simples rebocador, o que lhe vale uma carga de descomposturas, por haver-se apropriado de um barco pertencente a outra repartição e necessário ao serviço da Guanabara... No Recife, Sigismundo Gonçalves lhe pede impressões sobre a cidade. Um humorista as dá, por ele: "Bela cidade, um tanto imunda e esburacada, o que admira, sendo a terra de Rosa e Silva, o estadista menos esburacado e o mais cheiroso desta República".

Nessa viagem, que se estende de setembro de 1905 a fevereiro de 1906, sua meta final é Belém e Manaus, muito visitadas, à época, por estrangeiros, continuamente vitimados. Pois, não fora em sua passagem por Lisboa que, diante de um doente chegado do Pará, lhe haviam indagado: "Não dizem que a febre amarela está extinta no Brasil?" Estava, sim, no Rio. E ele próprio declarou ao "Jornal do Commercio": "Por causa dos raros casos do norte, podemos por em risco, no estrangeiro, os resultados obtidos no Rio". Entre Norte e Sul, vinte e tantos portos são visitados, na intenção de rejuvenescimento de seus serviços preventivos.

Passa o tempo e não se interrompe a ação de Oswaldo Cruz, já cansando, embora não cansado. E a evidência, não apenas estatística, para olhos de letrados, entra pelos olhos da po-

pulação. Decrescem os índices de morbidade e de mortalidade da febre amarela e da peste. Mais do que isso: decresce a mortalidade geral, cujo coeficiente, por 1.000 habitantes, de 26,70, no quinquênio 1902/1906, se reduz a 22,65, no seguinte. Isso não impede que "O Tagarela" continue a tagarelar: "Se a febre amarela não aparecer este ano, vão ver que o pretensioso dr. Mata Mosquitos se vai gabar de que se deve o sucesso às suas desinfecções, expurgos e matanças de estegomias. E os seus engrossadores, no seu costumado snobismo, ainda lhe baterão palmas e cantarão hosanas. Grandes papalvos!"

Não adiantam mais esses tiros esparsos de cidadela conquistada. Já fecham suas portas algumas casas funerárias. Despovoa-se o Hospital São Sebastião. Infelizmente, a Justiça continua concedendo habeas-corpus, o que leva "O Malho", já pensando diferentemente, a escrever: "38 graus à sombra! Vejam os senhores! As excavações nas ruas continuam francamente, draga-se a vasa da baía, derruem-se velhos prédios aos montes, revolve-se o solo, o calor é terrível, as chuvas são escassas e rápidas e, todavia, não morre quase ninguém! Vejam o obituário: dez casos de febre amarela! Confessemos que alguma coisa sozinha reduzida mortalidade. Que poderá ter sido? Evidentemente, a ação da polícia sanitária, lavando calhas e regos, expurgando, desinfetando, destruindo germes e larvas... Pois tudo isso vai acabar. O Supremo Tribunal reduziu tudo isso a nada. De agora em diante, está o povo livre de desinfecções. Do que não está livre é da morte". Creio ser dessa data a nota do "Correio da Manhã", preito de justiça a Oswaldo Cruz: "Há um bacilo mais violento e de mais fértil propagação do que o da varíola: é o da ingratidão. Em qualquer país do mundo, um homem que tivesse prestado ao povo os serviços que Oswaldo Cruz prestou ao povo desta terra, só teria o seu nome lembrado para o reconhecimento e para a bênção. Aqui, não falta quem lhe procure amesquinhar o vulto, quem o agrida e o injurie..."

Uma tarde de fevereiro de 1907, Oswaldo Cruz sobe, sem pressa, as escadas do Catete, para pagar, no vencimento, a dívida que contraiu. Declara ao Presidente que "a febre amarela

está extinta, sob a forma epidêmica, no Rio de Janeiro". E deve ter saído como entrou, despercebido. Havia reaberto o porto do Rio de Janeiro, como depois reabriria o de Belém, à navegação estrangeira, um século depois de haver dom João VI franqueado os portos de todo o Brasil ao comércio internacional. Não por um simples decreto, mas, pela afirmação de sua energia e do seu patriotismo, Oswaldo Cruz repetia 1808, na história do Brasil.

O ambiente começa transformar-se. Vão rareando os ataques da imprensa. Os seus traços fisionômicos são amenizados pelos mesmos lápis que antes o satirizaram: Kalisto Cordeiro, Leônidas, Raul, J. Carlos... Já não agridem, os seus bigodes; já não fusilam, os seus olhos; já não flameja, a sua cabeleira. As legendas se curvam à realidade de um herói que volta dos campos de batalha com medalhas no peito. E um espetáculo novo surpreende os brasileiros: os números, em severas expressões estatísticas, refletindo verdades meridianas, começam uma dança inédita. As linhas dos gráficos tomam rumos estranhos, em descidas incríveis. Habitante de uma cidade redimida, o carioca mal acredita no que vê (ou no que já não vê). A passagem do Viático, os toques sinistros dos sinos, as carruagens fúnebres, os anúncios de falecimento, as missas de sétimo dia — como que se despedem, para sempre, da paisagem social do Rio. A febre amarela e a peste recuam, batidas, nos obituários. Olavo Bilac exalta o Governo, por ter sido o primeiro que "soube ver na imundície, nas más condições sanitárias do Rio de Janeiro, a fonte de toda a desmoralização do Brasil, porque nem as guerras civis e os conflitos de ambições que ensanguentaram os primeiros anos da República, nem a crise e os apuros da lavoura, nem a politicagem desenfreada que tem avassalado os Estados — nos têm feito tanto mal como a existência dessa infame febre amarela..."

E um grande acontecimento acaba por galvanizar o patriotismo brasileiro: em setembro de 1907, Oswaldo Cruz é consagrado no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim. Único país que ali se fez representar, dentre os da América Latina, obteve o maior espaço no Reichstag, local

O que não temos é gente de resolução como Oswaldo Cruz". E veja o sr. Rivadávia Correia "o que está sucedendo com a alimentação do povo. Encarregue aí o benemérito Oswaldo Cruz de organizar um novo plano de saneamento". E qual o conselho que se deve dar ao crítico literário José Veríssimo? Que continue impávido sua obra, para chegar a ser o Oswaldo Cruz de nossas letras. E já começam a pedir-lhe impossíveis. Por exemplo: que acabe com o micróbio da politicagem...

Nunca se havia visto — e decerto jamais se verá — recuarem tão humildemente adversários de uma idéia por força do triunfo dessa idéia. Oswaldo Cruz higienizara o Rio — contra o Rio. A revista de ano que Artur Azevedo assina, num dos teatros da cidade, tem seu final apoteótico dedicado a Oswaldo Cruz; carros de alegoria, no carnaval, apresentam à exaltação popular, Rio Branco, Rui Barbosa e Oswaldo Cruz; a voz de Bilac se faz ouvir, alta e sonora, como autêntica voz da nacionalidade: "Parece mentira, mas é verdade: estamos em fevereiro, as cigarras estouram, o sol incendeia a cidade — e não há febre amarela!"

Quando, em 1909, confirmado no cargo, meses antes, por Afonso Pena, louvado por todas as missões científicas que visitam o Brasil, distinguido na capa da revista "Chanteclair", de Paris, aclamado pela opinião pública de todo o país, Oswaldo Cruz se vê atingido por uma lei que proíbe acumulação de cargos, decide-se pela direção do Instituto de Manguinhos, já então Instituto Oswaldo Cruz, cuja construção, acompanhada pela pedra por ele, enfrentou tremendas iras da Oposição. Essa, porém, era uma obra que se igualava, no balanço de sua vida, à que acabava de realizar, dando ao país e ao mundo, a melhor medida da capacidade brasileira e deixando, a difundir-lhe a glória, grandes discípulos, da estirpe de Gouveia de Barros e Amauri de Medeiros, que triunfam, em Pernambuco, fiéis à sua cartilha.

É em Manguinhos, primeiro e maior laboratório de Medicina Experimental da América Latina, que há de plasmar uma geração de sábios aos quais deverá, o Brasil, as mais altas conquistas no campo da Saúde Pública: um Artur Neiva, que vai

e elevar o renome da instituição na Argentina, um Rocha Lima, que dará à Alemanha as lições que aprendeu do seu incomparável mestre, um Gaspar Viana, que descobre novas perspectivas no tratamento das leishmanioses, um Carlos Chagas, que eterniza seu nome na espécie que descobre, o *Trypanosoma Cruzi*, responsável pela Doença de Chagas, e tantos outros apóstolos do mesmo credo. A esses, Oswaldo Cruz jamais esquece: ao empossar-se, em 1912, na Academia Brasileira de Letras, diz-se, apenas, "porta-bandeira de outros muitos — médicos, higienistas e experimentadores, que acudiram ao apelo de um Governo providente e sábio e empregaram o melhor de sua atividade e talento, uns no libertar nossa pátria de uma mancha vergonhosa que a enlutava, outros no lançar, entre nós, de maneira sólida, as bases da Medicina Experimental".

Assim fez, em Manguinhos. Mas, nem aí se enclausura nos laboratórios, nem aí descansa ou espairose de tanta luta. Em 1910, a convite do Governo do Pará, extingue, em seis meses, a febre amarela, em Belém, Bragança e Santarém; e faz baixar, na zona da Madeira-Mamoré, as cifras da mortalidade pela malária. Percorre grande parte do interior do Brasil, estudando as condições do homem na zona rural, provocando a criação de muitos serviços de assistência rural. Em 1911, chefia a representação brasileira, na Exposição Internacional de Dresden. A seguir, visita muitos outros países, sempre no interesse da ciência sanitária. Sua meta próxima é alcançada: o Instituto Oswaldo Cruz, escola de sábios, irradia, pelo mundo, o nome do Brasil.

Carlos Chagas lhe traça o necrológio: "A sua obra foi a síntese derradeira dos mais altos ideais humanos. Através das suas lutas e canseiras, sob o irrefrangível rigor das suas medidas administrativas, só fez, durante a sua curta existência, propagar a vida e adiar a morte. Foi anjo de muitos lares, o apaziguador dos corações sobressaltados, que viam rondar a humanidade se entrematava em Porto Artur, ele conservava milhares de vidas no Brasil. Passou ser o colaborador obrigado de todos os diagnósticos difíceis, fez proselitismo, teve imitadores, êmu-

los, discípulos, competidores com que abriu à Medicina o caminho da exatidão, certeza, diligência, proficuidade, que hoje lhe dão por toda a parte, os foros invejáveis que possui de ciência positiva”.

No mais aceso de sua campanha pelo saneamento do Rio de Janeiro, a “Revista da Época” havia profetizado: “Daqui a algum tempo, quando se escrever a história da grandeza material do nosso país, o nome de Oswaldo será citado com a reverência devida aos grandes homens de valor, pelo seu saber e pela sua energia”.

A profecia se cumpre, fielmente. Por todo o Brasil, exalta-se, hoje, esse homem admirável cuja humildade nem as glórias da vida pública, nem o ingresso no mais alto cenáculo de letras do País, nem o fulgor do seu nome no frontespício do Instituto de Manguinhos, conseguiram transformar em orgulho, ele que se confessou “um modesto homem de laboratório, um trabalhador que só tem o mérito de prezar, acima de todas as coisas, a profissão que abraçou”.

Hoje, sua presença é constante em todo o Brasil — em ruas, avenidas, praças, escolas, hospitais, institutos de ciência e obras sociais, espelho vivo a oferecer-se, em época de tantos desfalecimentos do brio e da vontade, a jovens, políticos, administradores, empresários, cientistas, a quem quer que tenha uma obra a cumprir ou um ideal a realizar, pelo bem comum. Sua luta, seu destemor, sua tenacidade cedo lhe solaparam a saúde. Nenhum outro homem resistiria mais. O ser hígido que ele era, belo de corpo e de alma, fraqueja pouco além dos 40 anos, quando, para outros, a vida começa. Convencem-no a deixar a direção de Manguinhos, compensando-lhe, o Presidente Wenceslau Braz, o sacrifício, ao entregar-lhe a Prefeitura de Petrópolis, cidade do seu particular encanto. Chega ali trôpego, ele que palmilhara tanto Brasil; quase cego, ele que antevira, mais que ninguém, a grandeza do seu País; e de coração vacilante, o mesmo que nunca deixara de bater forte pelos ideais de solidariedade humana. Mal teve tempo para encher de hortênsias a cidade, dando-lhe, por milagre de suas mãos, a graça e o perfume que ainda hoje subsistem.

Ao fim de seis meses, não suportou mais o encargo. A morte, que tanto o poupou aos brasileiros, não o poupa. Nas páginas do seu testamento, deixa, como Caxias, admiráveis lições de estoicismo. Pede aos seus descendentes. “Procurem diversões, teatros, festas, viagens, para que não prolonguem o natural sentimento que trará minha morte”, visto não haver “vantagem alguma em amargar com lágrimas prolongadas os tão curtos dias de nossa existência”. Que lhe envolvam o corpo num simples lençol, como tantos dos cadáveres de gente pobre que ele viu descer à vala comum; que não façam convites para enterro e missas. E quanto a luto, nenhum, porque este — acrescenta — “se traz no coração e não nas roupas”. Tudo porque encara a morte como um “fenômeno fisiológico naturalíssimo, geral, normal, banal”. Entretanto, esse fenômeno naturalíssimo, geral, normal, banal, foi durante anos e anos a razão de ser de sua vida, na extenuante tentativa de adiá-lo tanto quanto possível por lhe ser impossível impedi-lo.

O sábio estrangeiro que, vindo ao Brasil, ouviu Oswaldo Cruz descrever-lhe a dura luta de sua evangelização em terra de missões do seu País, resumiu suas impressões numa pequena frase: “Oswaldo Cruz é um homem!” Esse epíteto, “o mais belo e o mais nobre — como afirma Afrânio Peixoto — que o homem costuma dar ao seu semelhante, talvez porque raríssimos o mereçam”, cabe a Oswaldo Cruz com inicial maiúscula, e com todas as suas implicações, por sua firmeza de caráter, por seu amor ao estudo, por sua modéstia de sábio, por sua fibra de administrador, pelo equilíbrio perfeito de sua personalidade, espírito limpo de prevenções, inteligência limpa de preconceitos, todo ele límpido na nação e no pensamento e fiel, como nenhum outro brasileiro, ao Brasil.

Os versos de Gervásio Fioravanti

LUIZ DELGADO

Descuidado do seu próprio talento e alheio a quaisquer vaidades, Gervásio Fioravanti publicou duas reduzidas coletâneas de versos com um intervalo de mais de trinta anos. Seria, aliás, mais justo dizer-se não que ele publicou, mas que publicaram por ele.

Sabe-se das circunstâncias em que foi editada a primeira, sob o título de *Os meses*: Martins Júnior tendo ouvido os pequenos poemas, pediu-os para os ler com vagar, levou-os para o Rio de Janeiro, escreveu-lhes um curto prefácio (inclusive para contar esta história), e fê-los imprimir em 1895. Pretendia Martins Júnior, com isso fazer conhecidos no sul do país alguns intelectuais pernambucanos de cujos nomes ninguém falava por aquelas plagas. Indicava, como exemplos, Teotônio Freire, França Pereira, Faria Neves Sobrinho, Demóstenes de Olinda, Taumaturgo Vas, Alcedo Marrocos e João Gonçalves Júnior ou seja, Gregório Júnior, Gervásio parecia-lhe, de todos, “o que tem uma fisionomia mais própria, um modo mais pessoal de sentir e de dizer. Não se submete a qualquer preocupação de escola, à imitação deste ou daquele modelo”. A ausência de sistema que Martins, inventor de uma poesia rotulada de científica, honestamente contrapunha ao seu modo de ver — fazia com que Gervásio fosse, na sua terminologia crítica, “um subjetivista”. Mesmo quando o poeta recorda ou pinta um pedaço da natureza, dizia o prefaciador que “o seu temperamento transforma esse pedaço do real, esse *quid* objetivo, em longas áreas de sonho, de sentimentalidade fantasista onde cresce a árvore da Ilusão Humana, regada pela eterna corrente do Amor”.

Também a impressão de *Horas Marianas*, em 1927, atendeu a circunstâncias fortuitas: eleito paraninfo dos bacharéis de Direito daquele ano e não se tendo realizado as solenidades tra-

dicionais da formatura em face de manifestações políticas, Gervásio Fioravanti recebeu dos alunos a homenagem de lhe publicarem os versos que ele, por isso, lhes consagrou.

Tal desinteresse pela edição dos próprios poemas é bem um símbolo da maneira como Gervásio Fioravanti — Professor de Direito Penal — e a quem sucedi na Academia Pernambucana de Letras, em 1940, — olhava não só a sua produção intelectual senão, talvez, a própria vida. Parecia desinteressado de qualquer fama e também de todo esforço maior. A idéia que dava de si, inclusive aos seus alunos como eu havia sido, — era a de nada levar a sério, embora escondesse, sob essas aparências que construía, um coração leal e honesto, capaz, até, de conduzir uma atividade política relativamente intensa e, sem dúvida, bastante combativa. Tudo isso, porém, como que se afastara dele, perdendo-se no passado, quando vim a conhecê-lo, nos corredores e nas aulas da Faculdade de Direito.

É possível que o seu primeiro trabalho impresso tenha sido um pequeno e inflamado pedaço de prosa, composto em suação à data de 6 de março, evocativa da revolução pernambucana de 1817. Devia ser ele, então, um meninote de dezesseis anos. Ardendo de republicanismo, sonhava que a data se reproduzisse “agora que o Brasil não é mais do que uma pátria de botocudos, agora que o engrandecimento de um único homem, projetando sobre nós a sua triste sombra, faz-nos parecer negros”.

Gervásio Fioravanti cola grau de bacharel em Direito, no Recife, no dia mesmo em que, no Rio, Deodoro proclama a República — o que seria um curioso coroamento dos seus desejos. Logo depois, em 1890, é nomeado adjunto de promotor público da capital, nomeação que não aceita, mas, tendo *A Província*, noticiando o fato, insinuado que ele aderira ao novo regime, vem ele aos jornais protestando. Seu protesto é expressivo de sua discreção: diz somente que “em pequenos jornais e na vida corrente de estudante”, nessas palestras em que se gastam as horas, sempre manifestou o seu pensamento político. Não se fantasia, portanto, de apóstolo, de pioneiro, de construtor; o que lhe interessa é não passar por adesista.

Ao longo do seu curso jurídico, veio firmando nome como poeta, autor, sobretudo, de sonetos.

Em 1888, ganha o primeiro lugar num concurso instituído por uma revista literária, e, infelizmente, não se pode dizer que a sua produção tenha grande brilho ou força: enquanto um sacerdote medita, um casal de namorados vive, a um canto, o seu idílio; é um simples quadro em que o poeta acha meio de meter a frase bíblica “crescei e multiplicai-vos”. Semelhante peça não dá idéia das suas virtualidades.

Por este tempo, Gervásio Fioravanti devia morar em Olin-da, na rua Matias Ferreira. Com certeza morava ali quando se formou e houve uma festa em que seu amigo Faria Neves So-brinho recitou versos ao som do piano. Escreveu então umas quadras que, muito tempo depois, Artur Muniz informou terem sido feitas de improviso, a propósito da pergunta que lhe fez certa moça sobre quando iria pedi-la em casamento...

Depois de muito
ter meditado
no fino intuito
do teu recado

passo a falar-te
rápido e breve —
mas nem de leve
deves zangar-te.

— Casar, tu dizes
Mas, ai! responde
que de infelizes
o mundo esconde.

Casar eu posso
mas Deus não queira
que tal asneira
faça tão moço.

Olha as estrelas...
No céu se abraçam:
como são belas!
Mas, não se casam.

Entanto, estudo
no caso cabe
porque — quem sabe? —
o tempo é tudo.

Amas-me muito?
Amo-te mais.
Depois, veremos
se neste *amemos*
entram teus pais.

Esse tom de troça seria, talvez, o mais adequado ao temperamento de Gervásio Fioravanti. Contudo, há muitas outras cordas na sua lira, inclusive as da angústia metafísica, uma angústia que ele terá conseguido disfarçar mas não vencer.

O período que se abre em 1890, creio que seja o mais fecundo de sua criação poética. Mesmo os poemetos que publicará mais tarde, vêm dessa época, muitas vezes. Bem se pode dizer que é a sua fase áurea.

Além de muitos versos em português, escreve-os em francês e italiano, entre estes, os que dedica a Carlos Gomes por ocasião de sua visita a Pernambuco. O maestro torna-se seu amigo, dá-lhe demonstrações de deferência e de afeto. Está, Gervásio, sendo um dos sonetistas mais apreciados da geração, solicitado a cada passo para deixar seus versos em álbuns e escrevê-los em postais — o que é moda característica da sociedade de então. Sobretudo, porém, o que ele fez repercute entre os oficiais do mesmo ofício, o que é bem mais raro, e na mesma proporção, significativo. Basta dizer que há evidência de, ao menos por duas vezes, na imprensa de outros Estados, aparecem estrofes suas com a assinatura de invejosos que queriam cobrir-se com os seus louros. E, aqui, no Recife, vários dos seus

versos serviram de motivos a outros literatos que, como Manoel de Araújo, Graciliano Martins, Virgílio de Sá Pereira e Fernando Barroca, parafrasearam o *Em ti, pálida flor, confio e espero*, ou Fernando Griz, fazendo o mesmo com o verso *Olhos dirão tudo que a alma sente?* Numerosos exemplos dessa notoriedade mostram o prestígio que cercava em Pernambuco e em outros pontos do país o nome de Gervásio Fioravanti que figura, com Luis Delfino, Magalhães de Azevedo, Alberto de Oliveira e Rodrigo Otávio, entre os colaboradores da revista *A Semana*, de Valentim Magalhães e Marx Fleiuss, do Rio de Janeiro.

Por esse tempo, Martins Júnior leva para o Rio de Janeiro os originais de uma série de pequenos poemas que fará editar com o título de *Os Meses*. Quando o livro está sendo anunciado, um poeta amigo Domingos Leão, com o pseudônimo de "Ioiô Boêmio", dedica-lhe as duas seguintes quadras:

Anda aí contando meses
o Gervásio Fioravanti
e eu creio, pelo que vejo,
que ele está p'ra cada instante...

Do fundo d'alma desejo
e aos deuses todos eu peço
concedam, p'ra bem da lira,
ao Gervásio um bom sucesso.

Era também costume daqueles anos colaborarem dois ou três autores na redação de uma poesia, com o que mostravam as afinidades de suas almas ou de suas inspirações eventuais, quando não as suas simples habilidades técnicas. Duas vezes, pelo menos, juntou-se Gervásio em semelhante exercício ao seu fraternal amigo Martins Júnior.

Da segunda vez, curiosamente, estavam ambos na loja maçônica Vigilância e Segredo, enquanto lá fora a procissão do Senhor dos Passos enchia a rua. Martins Júnior iniciou o diálogo:

*Sete passos apenas? Quem me dera
que, como a ti, faltasse-me somente
essa distância, p'ra atingir a esfera
em que se sonha e ama, em que se é crente.*

Gervásio contrapôs-lhe sua íntima inquietação. Os sete passos que eram breve distância para o amigo, a ele pareciam desesperante jornada:

*Sete passos? Deus meu! Porque há de, a gente,
tanto tempo passar na horrenda e fera
indecisão que abate e desespera,
sem coragem de dá-los para a frente?*

Martins como que abandona a idéia primitiva, passa a falar diretamente ao outro coração e indaga-lhe, à guisa de estímulo:

*Por que os não dás, poeta? A indecisão,
a dúvida talvez, que te atormenta,
não é, decerto, mais que uma visão.*

E Gervásio Fioravanti larga a nota final, registrando com inesperada sinceridade, o desânimo que lhe marcará a poesia e possivelmente a vida:

*Mas, é maior, talvez, que uma tormenta!
A descrença que invade o coração,
as asas tolhe. E a tempestade aumenta.*

O que terá começado como simples jogo de dois espíritos hábeis em rimar, transforma-se em confissão melancólica e adquire o tom que parece mais característica da obra poética de Gervásio.

É verdade que não se pode esquecer a parte de ternura de que estão cheios muitos dos seus versos, sobretudo o que fez a todos os filhos então pequeninos. Ao primeiro deles, por exem-

plo, viu-o adormecido de cansaço, depois de haver trelado muito. Esse abandonar-se ao sono era um sinal de sabedoria...

*“Foste vencido na luta?
Descansa, abre o ouvido, escuta.*

*Não murmures um gemido,
cala o eco dos revezes
porque vencer, muitas vezes,
filho, é saber ser vencido.*

As alegrias e as tristezas domésticas expandem-se em rimas, seja nos aniversários de Sílvia, de Rui e de Paulo, seja na morte de Lúcia — isto, agora, depois da fase poética mais intensa, já em 1922. Chega a anunciar o *Livro de Lúcia*, com os sonetos que a dor lhe inspirara.

Mas, de tudo, restam apenas *Os Meses e Horas Marianas*.

Em *Os Meses* e conforme o próprio título sugere, trata-se de doze poemets, trazendo cada um o nome de um mês do ano, como referência — bastante imprecisa, aliás, — não a uma história de amor, mas, simplesmente, a um amor: não é a história de um amor que comece em janeiro para acabar em dezembro, como se poderia pensar... A marcha do tempo nada tem a ver com o subir ou declinar do sentimento no coração do poeta. Em setembro, ele tenta uma recapitulação de tudo; no entanto, o que mais ressalta é, quando não o contraste, ao menos o desligamento entre as duas realidades:

*Daí, não sei que tempo tem passado
entre o pranto e a alegria, o riso e a dor
e desde então eu tenho atravessado
verões de frio, invernos de valor.*

*Mas, ainda dos campos no renovo,
Setembro os frutos madurecerá:
e o meu amor a começar de novo...
E teu amor, quando começará?*

É leve e ingênuo, com um suave tom de lirismo.

Será sempre assim que Gervásio Fioravanti fará todos os seus versos, sem se apoiar muito em nada, sem pedir muito ao sentimento. Não importa que, de vez em quando, fale em morte — e é claro: morte de amor. A impressão é a de que ele não está mesmo acreditando naquilo...

Um soneto do segundo livro *Horas Marianas*, por exemplo, começa com uma acentuação mais forte:

Quando do céu dos olhos teus, formosos,
medes o abismo em que meu ser naufraga
e vês rolando a soluçante vaga
dos meus negros pezares dolorosos...

Estabelecida assim, a visão da musa serena, posta ao alto a olhar no abismo a aflição do poeta, o núcleo do soneto é a indagação: por que ela não se apieda? No entanto, o último terceto pergunta:

Por que um desdém tu finges tão profundo?
Pois, tu não vês como este abismo é fundo,
pois, tu não sabes que este amor me mata?

A intensidade inicial recebe um choque de amortecimento com a pergunta do primeiro verso: será que não passa tudo de um desdém apenas fingido?

Não se procure nos versos de Gervásio Fioravanti uma unidade conceitual, uma espécie de permanência na clave que escolheu ou que anuncia. E foi esse, aliás, um seu modo de ser que sempre me feriu, desde que fui seu aluno e inclusive em suas lições: o pensamento seguia um rumo e, de repente, infletia como se outra inspiração passasse a movê-lo. Em regra, era um problema que vinha de outro horizonte e interferia com as conclusões do primeiro. O professor — como o poeta — punha os dois a confrontarem-se e prosseguia. Isso me impressionou sempre — e no discurso do meu ingresso na Academia Pernambucana de Letras procurei frizar esse aspecto de sua personali-

dade. Com as presunções da mocidade, pinte-o, então, como um espírito que indagava, sem querer, no entanto, saber da resposta: era o ceticismo que toda gente lhe apontava — uns para louvá-lo, outros, para lamentá-lo ou censurá-lo.

O fato existia, sem dúvida. E o mistério humano de Gervásio Fioravanti está em descobrir-se de que regiões remotas e obscuras em sua alma vinha esse vento seco e triste.

Num soneto cujo motivo é o próprio aniversário, não declarado mas transparecendo no título *13 de fevereiro*, há um resumo tanto da vida quanto da filosofia do poeta:

Muita vez discuti, sereno e ousado,
dois problemas da mísera existência:
— A Glória e o Amor, rosas que a adolescência
dos dias meus engrinaldava o fado.

Hoje, cheguei. Pelo caminho andando,
de flores murchas me acompanha a essência,
Tanto de Amor me embalo na indolência,
quanto da glória rio-me afastado.

Será que a vida outro motivo encerra?
Que a velhice inda um pouso nos descerre
e um problema haja sempre indecifrado?

Não, mocidade! É tudo resolvido.
Viver é menos do que ter vivido,
amar é menos do que ter amado.

Assim, desfeitos os sonhos da juventude, o poeta contrapõe à perspectiva de outros alvos para a existência, apenas a lembrança e a saudade. É como se a insegurança da posse se transformasse na segurança do consolo, refúgio ilusório porque apoiado no já inexistente. Pobre metafísica do desengano, através da qual permanece contudo o desejo de a alma se apegar a qualquer coisa.

Em outras estrofes, ele confessa:

A memória, a memória é meu tormento...
 Pois, hei lembrar-me tudo o que sofri?
 Deus! Porque deste à vida o pensamento,
 Amor, por que te vi?

Amar é menos do que ter amado, dissera ele. E eis que, aqui, a lembrança aparece não como transfiguração em beleza e doçura mas como tristeza e mágoa. Novamente nos encontramos comovidos e perplexos diante desse coração de cuja bondade e de cuja retidão há um testemunho unânime.

Os últimos versos, que citei, pertencem a uma poesia denominada *Anacreônica*, uma das mais longas do livro, composta de doze sextilhas. O título diz de sua íntima inspiração:

Bebamos! Venha ao menos um instante
 do esquecimento a paz sobre a minh'alma.
 Vem, doce embriaguês, sombria amante,
 mergulha-me na calma,
 na calma de uma noite indefinida
 que a morte lembre e que me esqueça a vida.

A idéia da morte, presente em muitas poesias de Gervásio Fioravanti mas ligada quase sempre a românticas eloquências, aparece aqui sob uma luz diversa:

Não há dúvida! A vida é uma quimera.
 A gente vive inda depois de morto.
 O barco solta-se. O infinito o espera
 e muda-se de porto.
 E muda-se de porto! O espaço é grande...
 Flor ou lagarto, a alma ainda se expande.

Será que a esperança retoma os seus direitos? O certo é que o poema prossegue:

Quem me dera voar! Passar juntinho
 daquela estrela que me está chamando,
 roçar as nuvens soltas no caminho
 e eu sempre ir voando...

Mas, no fim, na última estrofe, depois de opor a esse surto a pergunta aflita de "onde vamos parar?" — o poeta como que dissolve tudo, tanto a esperança quanto a dúvida, no desalento que, ainda uma vez, reponta como a nota característica da sua mensagem:

No entretanto, um calor meigo, indeciso,
 me invade o corpo e me embalança a mente:
 será a hora solene do Juízo?

Aqui 'stou, 'stou presente!
 — Presente? Quem falou aí por mim?
 Amor? Mas, não... Quero dormir... Assim...

A conformação, a renúncia, a entrega ao sono... Nem são de esquecer o título e a trama desse poemeto que o poeta vai iluminando alternadamente ora com a lucidez ora com a embriaguês, tornando impossível dizer-se qual das duas representa a comoção fundamental.

São assim os versos de Gervásio Fioravanti. A imensa maioria deles fala de amor — e o amor dos poetas não pode nunca ser tomado ao pé da letra. Até onde é mero pretexto ou é a expressão de sedes mais complexas a agitar-se na alma e sublimando-se por um caminho mais fácil? E a partir de onde, é realidade, ligando um ser a outro ser e representando, ao menos para um deles, o universo total e permanente onde tenham fim as humanas insatisfações? Ficaremos sempre em dúvida a tal respeito. Mas, no caso de Gervásio Fioravanti, seja fato ou seja símbolo, esse amor que ele conta, é a evidente manifestação de uma intensidade interior que não terá encontrado solução para si mesma e resta como testemunho de sua grandeza espiritual. Ser-lhe-emos — sensíveis todos quantos o conhecemos e podemos asseverar que as perplexidades de sua alma já mais o impediram de ser generoso e nobre.

Santa Teresa e a psicologia moderna

JOSÉ LUCENA

Professor de Clínica Psiquiátrica da F.M.U.F.Pe.

O comparecimento de um interessado em problemas de psicologia e psicopatologia a esse encontro em que se comemora a vida extraordinária de Santa Teresa de Jesus e em que se procura fixar alguns traços de sua personalidade e de sua grandeza, tem explicação no fato de que uma cooperação, entre teólogos, por um lado, e psicólogos e psicopatólogos por outro, pode ser muito frutuosa em estabelecer o que há de natural e de sobrenatural no pensamento e na ação da grande mística carmelita. Uma atitude de equilíbrio, que não seja simplesmente apologética e que não seja também tendenciosamente naturalista é difícil de ser conseguida devido à insuficiência de nossos conhecimentos e à complexidade do tema.

Em sua obra sobre *Sociedade, Cultura e Distúrbio Mental*, Wyrsh observa que, de um modo geral, no domínio das atividades artísticas, científicas, políticas etc., as vivências de missão, inspiração, vocação, revelação, intuição são consideradas mórbidas somente quando trazem a marca do delírio, enquanto vivências do mesmo tipo, em conexão com a religião, são logo suspeitadas de anormalidade. Isto sucede, diz ainda ele, porque o elemento Religião, contrariamente aos precedentes não é reconhecido como autônomo e é imediatamente rotulado como superestrutura ou supercompensação etc., como psicologicamente derivável e solucionável. Trata-se de uma atitude cômoda, como sublinha o Autor, mas que não é lógica nem científica e que reflete um prejulgamento naturalista e racionalista, em oposição ao progresso de nossos conhecimentos. Um retrospecto da vida de Santa Teresa parece-nos indispensável, mau grado as repetições, a fim de poder caracterizar os aspectos sobre os quais o estudioso da psicologia e psicopatologia poderia trazer um parecer de certa utilidade.

Nascida em 1515, viveu Santa Teresa até 1582. Natural de Ávila, filha de um fidalgo austero e tradicionalista e de uma mãe sempre doente, leitora assídua de romances de cavalaria, teve uma infância piedosa. Sua viva inteligência, imaginação, senso de liderança se revelaram desde cedo. Com sete anos de idade, tendo conhecimento das vidas dos mártires, fugiu de casa, levando consigo seu irmão com o propósito de sofrer, em terras dos mouros, o martírio e a morte. Um primo de seu pai, encontrou-os e trouxe-os de volta. Aos dez anos, fizera o propósito de entrar para um convento mas, adolescente, abandonou o projeto. Em vez disso, participava da vida mundana, de festas e danças, preocupando-se em adornar-se e aumentar seus atrativos, cercada de admiradores. Seus namoros não tiveram, porém, maiores consequências. Depois da morte de sua mãe, decidiu seu pai levá-la para a escola conventual das agostinianas de Ávila. Embora, inicialmente, tivesse experimentado desagradável sentimento de reclusão, cedo se afeiçoou ao local e se tornou o centro de simpatias. No íntimo abrigava um desejo de retomar sua despreocupada vida de festas e namoro. Quando se aproximava o fim do segundo ano e já a volta à casa estava determinada, sobreveio a doença, que iria atormentá-la durante anos. Santa Teresa, mais tarde, julgou com excessiva severidade sua mocidade e falou de conversão, mas na realidade não se encontra em sua vida nenhuma falta grave (Cayré).

Contava então quase dezesseis anos. A doença começou por uma sensação de fraqueza. Dificilmente podia se manter de pé. Depois sentiu dor penetrante no peito, que se espalhava até o estômago, o pescoço, os membros, acompanhada de sentimento de morte próxima. O rosto estava intensamente corado, a respiração ofegante e curta. Murmurava algumas palavras e gemia. A crise cedeu de modo brusco, em minutos, e ela voltou ao estado normal, atemorizada com receio de novos ataques. Tempos depois, efetivamente crises semelhantes sobrevieram. O pai retirou-a do convento, levando-a para casa na esperança de melhoras. Aí, deprimida e reclusa, outras crises se sucederam. Resolveu então o pai levá-la para uma pequena propriedade rural em que morava outra filha. No caminho se detiveram em casa de um tio da jovem que lhe deu a ler escritos de São Jerônimo.

Nesses escritos que ela leu em um período em que se sentia atraída entre as aspirações conflitantes de vida mundana e antigos propósitos de vocação, impressionaram-na particularmente as severas admoestações sobre os castigos reservados aos pecadores, entre os quais ela se incluía por suas pequenas vaidades e interesses mundanos. Teve uma crise acentuada, no estilo das anteriores, permanecendo à morte em uma espécie de letargo. Mas no dia seguinte haviam desaparecido os sintomas.

Anos mais tarde explicaria Santa Teresa que essa fora a data de sua grande resolução, em que, refletindo sobre as consequências do pecado e as esperanças da bemaventurança, decidira voltar as costas ao mundo e ingressar no convento. Tal opção lhe fora dantes custosa, pois seus atrativos e dons de personalidade a impulsionavam à vida no mundo. O conflito foi, portanto, superado nessa época. Decidindo seguir a vocação, Teresa de Ávila, certa da oposição paterna, deu secretamente os passos necessários e, fugindo de casa, ingressou no Convento Carmelita da Encarnação.

Ali, onde a princípio se sentiu feliz e realizada, cedo começou a experimentar acentuada frustração. Tendo se refugiado no Mosteiro para fugir do mundo e suas tentações, observou que o próprio convento se mundanizara. A atenuação, diluiu a mitigação da regra da Ordem, as visitas de gente de fora e as permissões de férias para as freiras, as conversações frequentes com simples curiosos, a redução de mortificações e sacrificios davam às religiosas uma vida confortável e contrariavam seu ideal ascético.

Voltou a adoecer Santa Teresa, apresentando crises frequentes que assustavam as demais religiosas, faziam-na definhar, resistiam a todos os tratamentos médicos e determinaram sua família a retirá-la por algum tempo do convento e levá-la a uma curandeira. Durante a viagem, em casa do mesmo tio que lhe dera a ler os escritos de São Jerônimo, aquele lhe deu um livro de Francisco de Osuna, o *Abecedário dos Terceiros*, em que era preconizada em vez da oração verbal a oração silenciosa, essência da quietude, "espécie de ABC espiritual duma linguagem silenciosa que Osuna chamava a língua mãe do Céu"

(R. Fülöp Miller). Teresa começou a praticar a oração silenciosa, com emoções de júbilo e de paz, mas sentindo-se ainda muito imperfeita para alcançar a plena apreensão da palavra do Senhor.

O tratamento da curandeira, em que se mesclavam práticas mágicas e supersticiosas com mezinhas, ervas, cozimentos etc., não obteve resultado e o estado de saúde continuou a se agravar. Segundo referiu "sofia as mais terríveis dores", sobretudo no coração, como se este "estivesse sendo mordido por agudos dentes" apresentava grande perda de força, aversão pela comida, não aceitando senão líquidos, "febre constante", sentia "contrações dos nervos" e ao mesmo tempo, profunda e constante tristeza. "Esta cura deixou-me apenas um fraco sopro de vida" declara. Levada à sua casa em Ávila, ansiava pela morte e pediu ao pai para se confessar. Este, receoso que em tal estado de fraqueza, a confissão pudesse contribuir para apressar o fim, se opôs a que ela se confessasse naquela ocasião. Santa Teresa apresentou então uma crise de excitação, durante a qual sofreu convulsões, gritando, mordendo a língua ferindo-se, entrando depois em imobilidade e letargia. Não conseguiam tomar-lhe o pulso, as extremidades estavam frias e assim permaneceu durante mais de três dias. A maioria dos que a cercavam (com exceção de seu pai) considerava-a já morta, e assim foi posta num ataúde, com velas acesas junto à cabeceira, ao mesmo tempo que se faziam preparativos para o enterro. Esse estado cessou subitamente e, voltando a si, pediu imediatamente ao pai que a deixasse confessar-se. Depois da crise, tendo recebido os sacramentos, melhorou a ponto de poder ser transportada, conforme seus desejos, de volta para o convento. Suas condições físicas, eram, porém, precárias. Segundo refere, tinha a língua ferida, a garganta obstruída a ponto de não poder deglutir, sentia as articulações "desconjuntadas" e "desordem na cabeça". "Estava contorcida como um rolo de cordas, (escreveu), incapaz de mover braço, pé, mão ou cabeça, mais do que se estivesse morta, a menos que os outros me movessem... só um dedo, parece-me, da mão direita, podia eu mexer. Quanto a tocar-me, era impossível, pois estava eu tão dolorida que não

podia tolerá-lo. Costumavam mover-me num lençol, cada uma pegando numa extremidade".

Na Enfermaria do Convento esteve Teresa, durante meses, incapacitada de andar e queixando-se de dores. Depois conseguiu permanecer em sua cela, apenas ligeiramente melhorada e com dificuldades de locomoção e contrações musculares. Tal situação ainda continuou por três anos.

Ao fim desse prazo, os sintomas motores desapareceram mas durante muito tempo continuou a experimentar dores, e seu "estômago só podia conservar algum alimento lá pela tarde".

Em 1540, com 25 anos, recobrou bruscamente a saúde e a súbita cura, quando já desenganada pelo médicos, foi considerada milagre. Os sintomas de doença com esse caráter reapareceram dois anos depois, uma única vez e durante um breve período (uma hora) e isto sucedeu quando se iniciavam suas primeiras visões e sua firme ascensão no caminho da perfeição espiritual.

Cessadas as manifestações da doença, voltou Santa Teresa ao convento da Encarnação e retomou os deveres de monja. A condição de miraculada fez dela um foco involuntário de atenções. Muito solicitada e visitada, sentia-se intimamente dividida entre o ideal ascético e as tentações do mundo. Inclinações sentimentais se insinuavam em seu coração. Embora atormentada por sentimentos de culpa, descuidava por vezes a oração silenciosa e continuava interessada em mundanidades até que lhe ocorreu a primeira visão de Cristo que ela contemplou, segundo suas palavras, "com os olhos da alma mais distintamente do que poderia tê-lo visto com os olhos do corpo". Visões sucederam outras vezes e sua vida espiritual foi sempre mais intensificada até que, em 1558, com ardentes sentimentos de contrição, fruto de sua consciência delicada, decidiu voltar definitivamente as costas ao mundo, correspondendo totalmente ao apelo de Deus. Começou então um longo período de luta e sofrimento, em que se sentia, porém, amparada por graças sobrenaturais. Suas visões e revelações extraordinárias não foram acei-

tas por seus confessores nem por suas irmãs de hábito. Foi submetida a investigações prolongadas, a provas e a interrogatórios, num ambiente de desconfiança, em que freqüentemente as graças recebidas eram suspeitadas como obras do Demônio. Gradualmente, porém, foi sendo aceita e encontrou defensores, a princípio os Jesuítas, depois São Pedro de Alcântara, a seguir os dominicanos, aos quais competiam os processos da Inquisição. Santa Teresa submeteu ao Santo Ofício uma narrativa escrita de sua experiência sobrenatural, a primeira versão de sua Vida, a qual foi aceita e recomendada pelo Santo Ofício para edificação dos fiéis.

Partiu então para a grande tarefa de reforma da Ordem Carmelitana, fazendo-a reassumir sua antiga função estrita de oração e vida contemplativa. Esse foi um programa que exigiu esforço extraordinário e na execução do qual demonstrou excepcionais qualidades. Dificuldades, oposição de autoridades eclesiásticas, rivalidades com carmelitas que seguiam a regra mitigada, campanhas de calúnias dentro da coletividade, intrigas vindas de personagens influentes, rapto e aprisionamento de um dos mais diletos partidários (São João da Cruz), tentativas de desvirtuação de seus propósitos, acomodando-os aos interesses comodistas de poderosos, acusações de heresia perante o Santo Ofício, nenhuma dessas provações conseguiu quebrantar sua determinação de restituir a Ordem contemplativa à sua integridade. Teve que comparecer perante a Inquisição que a absolveu, conseguiu audiência do Rei Felipe II que se mostrou favorável e, a final, uma bula do Gregório XIII, autorizou a reforma teresiana, criando uma ordem de Carmelitas descalças. Pôde fundar em exaustivas viagens dezoito conventos em terras de Espanha, abrangendo a Ordem de Carmelitas descalços tanto nos mosteiros de mulheres, como de homens. As contínuas viagens, levou-as a cabo em condições extremamente fatigantes e mau grado o fato de que sua saúde física declinava. Durante um desmaio, fraturou um braço, apareceram dificuldades da marcha, necessitando apoiar-se em uma bengala para andar; por várias vezes teve ataques cardíacos e paralíticos. Em Alba de Tormes, sobreveio uma hemorragia e entrando em coma faleceu em 04 de outubro de 1582.

Sua incessante atividade na estruturação da Ordem Carmelitana ainda lhe deixara tempo para escrever, além da narrativa de sua Vida, o *Caminho da perfeição* e o *Castelo Interior*, que são ao mesmo tempo obras primas do ponto de vista literário e descrição extremamente acurada da experiência mística, a ponto de poder a autora ser chamada a "doutora da Oração" (Cayré).

Embora o estudo dos estados místicos seja da competência do teólogo, o estudioso da psicologia religiosa tem que se ocupar deles, a fim de estabelecer onde começa seu domínio. Os seguintes estados são distinguidos na experiência mística:

a) a oração de recolhimento ou de quietude, acompanhada de sentimentos de contentamento espiritual, de calma e de paz e ao mesmo tempo sentimento de presença divina e de esclarecimento da inteligência;

b) o segundo grau seria a oração de união na qual a alma está adormecida em relação às coisas da terra mas concentrada em Deus. Há uma diferença de grau em relação à precedente, uma união com Deus, a alma não experimenta qualquer dúvida e goza desta união desligada dos dados que lhes poderiam fornecer os sentidos;

c) o terceiro grau da contemplação é o êxtase, de que existem várias modalidades e durante o qual, segundo as palavras de Santa Teresa "não se vê nada nem mesmo com os olhos da imaginação a que se possa propriamente falando dar o nome de vista. A memória está como se não existisse, a imaginação, de modo brusco, em seguida a sentimentos de nostalgia de mesmo modo. Para os sentidos não somente eles não têm mais suas atividades naturais mas dir-se-ia que se perderam as mesmas". O arrebatamento pode atingir a alma, sem estar em oração, de modo brusco, em seguida a sentimentos de nostalgia de graças divinas, e embora não se trate de um desmaio, a alma não entende o que se passa. A vida do corpo é afetada (imobilidade, extremidades frias etc.). Há uma percepção perfeita da realidade interior. Outras vezes, Deus se apodera da alma, com fulminante rapidez, que suscita terror, mas que se acompanha de sentimentos de felicidade. O vôo do espírito em que, impe-

indisciplinado, (Bastide) são explicações naturalistas que não obstante representem progressos sobre a tese patológica, não são inteiramente satisfatórias.

Na realidade, como diz Maréchal, a graça sobrenatural se inseriria no determinismo psicofisiológico "em chocá-lo e os efeitos empíricos da graça não excederiam muitas vezes o poder das causas naturais" mas excederiam essas últimas no caso da união mística, dos estados místicos superiores, nos quais a fenomenologia psicologicamente inexplicável, obrigaria o observador "a uma opção ontológica" admitindo a Graça sobretural (Maréchal).

Caracterizadas assim as posições doutrinárias em relação à experiência mística em geral, é tempo de se indagar qual a natureza da doença que marcou a existência de Santa Teresa durante um largo período. Como já mencionamos, foram numerosos os médicos que pretenderam formular no caso o diagnóstico de histeria, argumentando em seguida a Charcot, Ribot, etc., com o caráter repentino das crises, sua relação com situações vitais, o grau de perturbação da consciência, as dores e histeresias, as convulsões, as imobilidades catalépticas, os gritos irreprimíveis, as dificuldades da marcha, os desmaios, as dificuldades de deglutição etc.

R. Fülöp Miller aproxima a doença de que sofreu Santa Teresa daquela que sofreu Dostoeiowski, isto é a epilepsia: "Passando em revista a história da doença e produção de Dostoeiowski, pode-se muito bem confundi-la com a história do sofrimento e da santidade de Teresa... "Sentia muitas vezes que ia morrer instantaneamente, escreve Dostoeiowski, e depois algo se seguia semelhante à verdadeira morte, ataque que usualmente terminava em estado de letargia". Embora Dostoeiowski sofresse grandemente com esses ataques, não ignorava a força criadora que estava inerente a eles e aos mesmos se referia chamando-os de sua "doença sagrada". A aproximação feita por Fülöp Miller não está fundamentada em achados objetivos e a sintomatologia da doença de Santa Teresa, com seu polimorfismo, variabilidade, conexão com situações vitais carregadas de

afetividade, não se enquadra numa síndrome cerebral orgânica, como é a epilepsia.

Certo número de psiquiatras e psicólogos católicos consideraram que na vida de alguns Santos, entre os quais Santa Teresa de Ávila, possam ter existido episódios psicopatológicos, superados depois. Obviamente ao admitir que alguns Santos possam ter tido sintomas psiquiátricos, não pretendem, de modo algum, que a essência da santidade e da experiência mística fosse de natureza psicopatológica como sustentava a interpretação chamada patológica.

Em relatório a um Congresso Internacional de Psicoterapia e Psicologia Clínica Vallejo Najera exprime esse ponto de vista: "A anormalidade psíquica não priva da santidade. A normalidade psíquica representa um juízo de valor que não pôde se deter pelos métodos estatísticos nem teleológicos... Deus, que permite a diversidade de tipos humanos e também a anormalidade mental não priva o homem de quaisquer raças e condições, da graça suficiente para salvar-se... Em alguns santos depuramos sinais de doença psíquica; em outros muito mais, depuramos sinais de doença psíquica; em outros muito mais, depuramos sinais de doença psíquica. Porém em todos eles, as virtudes formações caracteriológicas. Porém em todos eles, as virtudes heróicas, o vencimento de sua anormalidade e consagrar-se ao serviço de Deus foram premiados com a glória da vida eterna..." (Vallejo-Najera) — Do mesmo modo opina Grandmallon: "Longe de constituir o essencial do estado místico e suscitar nossa admiração, eles são somente um preço a pagar. São devidos à fraqueza, à imperfeição e à insuficiente espiritualização do instrumento humano e diminuem com os progressos dessa espiritualização. O êxtase é muitas vezes um tributo pago pelos místicos à natureza humana. Pode ser assim produzida por causas de toda ordem".

C. Durand e C. Nodet expressam opinião idêntica: "O teólogo conhece a verdadeira inquietação humana e só se pode desejar ver seu método espiritual utilizar os dados os mais bem elaborados de psicopatologia, sem contudo se confundir com esta..."

"O psicoterapeuta deve permanecer respeitoso da especialidade dos métodos e não ter qualquer dificuldade em seguir

o teólogo quando este lhe afirma a existência de uma autêntica inquietação ali onde o psicoterapeuta afirma uma doença do espírito... O preço a pagar de uma carga neurótica não deverá fazer desprezar seu valor algumas vezes benéfico de agulhão. É preciso muitas vezes uma força de alma pouco comum para descobrir e manter uma inquietação espiritual e viva: Qual tenha sido a mensagem de Pascal ou de Kierkegaard, se não tivesse sido empurrada para a angústia metafísica”.

Frei Gerasime Antropins escreve que “... Os próprios altos cumes da perfeição cristã ficam acessíveis ao nervoso. A Santa Igreja... sabe que qualquer homem por espiritualizado que seja, se ressentia naturalmente em seu organismo e seu psiquismo do influxo veemente de tal graça extraordinária, dependente do domínio sobrenatural. O êxtase, entre os santos, é apenas um caso particular nesta ordem de manifestações místicas, um desfalecimento do sensível sob a influência da invasão elevada do Espírito. Grandes santos estremeceram sob a ação do irrompimento súbito da Graça; seu envoltório carnal desfaleceu aos toques transformadores dos altos estados místicos. Assim foram Santa Teresa, São João da Cruz, São João de Deus, Monsenhor Olier...”

Para não alongar demasiado a lista podemos mencionar por último os pontos de vista de K. Stern, o qual afirma existir no encontro espiritual um elemento de desrazão. Diferentemente do Deus dos filósofos, que pode ser objeto de demonstração, o Deus da revelação é acessível à criatura por uma relação de amor, a qual põe à prova, por sua intensidade, seu caráter de entrega total, a personalidade. Vida psicológica e vida espiritual estão intimamente entrelaçadas mas não há justificativa para o “princípio redutivo”, para o “Nada mais que...” o qual pretenderia reduzir o Espiritual ao puro substrato psicológico. Como diz Jung, (por ele citado), é como se alguém pretendesse descrever a catedral de Colônia, fazendo a análise química das pedras que formam o edifício. Nosso critério comum do normal como sendo sobretudo o da mediania, o do consenso, o do “justo milieu” não seria suficiente para a existência supranormal de Santos. Há numerosos pontos de con-

tacto entre a neurose e o domínio metafísico, e na neurose (como fora dela) se encontraria sempre algo além do puro psicológico, a dimensão espiritual. Seria preciso, como também na criação genial, julgar a existência de místicos e santos pelos seus frutos. (K. Stern). Chegamos depois dessa discussão a uma tentativa diagnóstica. Para se estabelecer um diagnóstico psiquiátrico, é necessário conhecer não somente os sintomas apresentados como também os antecedentes, a curva de vida, a personalidade anterior e os eventuais indícios de uma alteração corporal.

Verifica-se que os sintomas mórbidos, apesar de terem durado anos, foram em geral anteriores à entrada de Santa Teresa no caminho da perfeição espiritual, apresentando apenas raras recaídas. Consistiram, sobretudo, como dissemos várias vezes, em crises de imobilidade, mutismo, aparente insensibilidade, letargia, alternando com convulsões mal caracterizadas, impotência motora, gritos, impossibilidade de se alimentar, dores intensas e mal localizadas, desmaios. Sintomatologia variegada desse tipo tem sido registrada em psiconeuroses histéricas. Mas a neurose histérica, como qualquer outro distúrbio psicopatológico, não é simplesmente um mosaico de sintomas paroxísticos mas essencialmente uma alteração mórbida da personalidade. Essa condição é tão indispensável que, um certo número de psiquiatras (K. Schneider) chega ao extremo de não usar o termo histeria, que se presta a equívocos e, enfatizando o papel das disposições constitucionais, prefere falar em personalidades psicopáticas necessitadas de apreço ou histriônicas.

Mesmo aqueles que não estão de acordo com uma predisposição constitucional sustentam que o aparecimento dos sintomas histéricos só acontece porque a personalidade durante os anos decisivos de formação, se estrutura de maneira defeituosa, bem estudada depois da psicanálise freudiana, disso resultando certa fraqueza do Eu. Os acontecimentos extremos, as vicissitudes da existência somente suscitam os sintomas patológicos típicos porque atingem uma personalidade trabalhada por problemas íntimos, freqüentemente inconscientes, não resolvidos, de que resultam complexos. Neuroses são reações a con-

flitos internos (Schneider), representam crises na existência, no terreno devidamente preparado. Caracterizado esse pré-requisito de um estilo de vida duradouro, precedendo as manifestações críticas ou paroxísticas da psicose, Van den Berg diz ser o neurótico o indivíduo “cujas manifestações e obras são constantemente inferiores à linha ótima” sem que isso seja devido a distúrbios corporais ou também a psicoses.

As manifestações aparatosas, impressionantes surgem em seguida a incidentes insignificantes, triviais. Compreende, na neurose histérica, fenômenos ditos dissociativos ou hipneicos, em que ocorrem alterações dos estados de consciência e fenômenos conversivos ou hipobúlicos, em que ocorre a desordem ou a perda de determinadas funções corporais, sem qualquer lesão orgânica, por mecanismos puramente psicogênicos, emocionais, inconscientes. A esse grupo de sintomas pertencem as paralisias, as convulsões, a catalepsia etc., e outros sintomas de aparência somática. Kretschmer distinguiu nesses fenômenos conversivos, hipobúlicos duas grandes categorias: a tempestade de movimentos e o reflexo de imobilidade, mecanismos primitivos, em que são postas em atividade camadas inferiores da personalidade, liberadas das funções superiores de controle e autodomínio. Distúrbios análogos são observados na escala animal e na espécie humana fora de condições mórbidas, em situações que determinem terror ou outra emoção violenta e desorganizadora, como sucede por um lado nos cataclismas naturais, nas guerras etc. e por outro nas vivências de ira, de medo, de exaltação mística etc. Existiriam então ligações estreitas entre certos sintomas neuróticos conversivos e reações vivenciais a situações que provocam forte abalo afetivo. As formas de expressão de neurose sofreram amplas modificações com o decorrer dos tempos, como foi posto em evidência pela chamada psicologia histórica (Van den Berg, Ibor). O grau de significação patológica que elas possam apresentar foi influenciado e ainda o é — por fatores sócio-culturais e trans-históricos, sobretudo quando se trata de formas de expressão no corporal. Basta lembrar como era relativamente freqüente em outras épocas o desmaio no sexo feminino, em situações de abalo emocional e como é raro hoje, ou também, como as manifestações motoras (contraturas, paralisias

etc.) das síndromes histéricas da 1.ª Guerra Mundial foram substituídas por desordens viscerais nos pacientes da 2.ª grande guerra, ou ainda como, nas possessões ou estados de transe de certas religiões primitivas, estudadas pela psiquiatria transcultural, manifestações hiponóicas e hipobélicas, aceitas e estimuladas por sua cultura são apresentadas por indivíduos que em outros aspectos da conduta, são razoavelmente ajustados. Assim se verifica que as desordens psicomotoras e de consciência, afins da histeria, cobrem um âmbito mais largo que a doença histérica propriamente dita e para que se possa afirmar a doença histérica autêntica é necessário considerar não somente a sintomatologia aparente mas sobretudo a estrutura da personalidade e a curva de vida, como dizíamos há pouco.

Van den Berg assinalando que os místicos representam um grupo e um estado de ser, diversos da maioria de seus contemporâneos, existindo uma certa “deslocação” em relação à coletividade, frisa que sempre existiram pessoas “fora do conjunto e que testemunham sua deslocação mediante sintomas. Mas estes sintomas não são sinais de defeito e sim provas de uma propriedade. É preciso dizer portanto que os sintomas neuróticos não são sempre sintomas de uma neurose”. Seriam nesse caso apenas indícios de “uma deslocação”, de “um ser de outro modo”. E afirma que “os sintomas de Santa Teresa de Ávila não nos dão o direito de classificá-la como neurótica ou histérica”.

A personalidade de Santa Teresa tem sido justamente considerada uma das mais fortes e extraordinárias. Cayré, Jacques Chevallier etc. lembram, com razão, como ela soube integrar o mais alto grau de contemplação mística com a mais intensa vida ativa, repleta de realizações. Pôde combinar a poderosa inteligência, a expressão literária fina e matizada, o senso de liderança, decisão e coragem, a firmeza inquebrantável de propósitos, a capacidade de persuadir, o tacto e habilidade para vencer obstáculos, o senso prático mais equilibrado com a vida espiritual mais intensa e a mais íntima união com Deus. Dela escreveu Ernest Hello que “Ela nada no sobrenatural como um peixe na água”. . . . Nem a doença nem as vicissitudes da vida

suprimiram seu bom humor e vivacidade de espírito. Determinou mesmo que a alegria fosse uma regra para seus conventos e são inúmeros seus traços de jovialidade e espírito. William James, não obstante as restrições irônicas que faz ao ideal teresiano, é forçado a reconhecer ter sido Santa Teresa uma das mais capazes mulheres de que tenhamos notícia, reconhecendo-lhe “poderoso intelecto prático, capacidade de escrever admirável psicologia descritiva, vontade igual para qualquer emergência, grande talento para política e negócios, disposição animada, estilo literário de primeira ordem... tenacidade nas aspirações, pondo sua vida toda a serviço de seus ideais religiosos”. Afirma que a descrição de certos êxtases por Santa Teresa constitui “a mais fiel narrativa da formação de um novo centro de energia espiritual, que exista na literatura”.

Assim, podemos dizer, em conclusão, que à luz do critério mais aceitável, clínico e da psicologia histórica, Santa Teresa possuía uma personalidade dotada de extraordinários atributos intelectuais, afetivos e morais e que sua curva de vida é uma das mais superiormente realizadas, adaptadas e produtivas de que tenhamos notícia. Embora haja apresentado traços psiconeuróticos rotulados talvez de histeriformes e ligados às reações vivenciais compreensíveis experimentadas ante o impacto da Graça em sua vida, não se pode dizer que tenha sofrido de verdadeira neurose histórica. O observador deve inclinar-se ante a grandeza humana de sua figura, na qual nós, crentes, distinguimos o toque do Sobrenatural.

BIBLIOGRAFIA

- Antropius* (Fr. G.) — Comment assurer les secours spirituels de maladies soignés en clinique psychiatrique? — em *Ou commence la maladie? où finit la santé?* págs. 191-214 Eds — Spes — Paris 1953.
- Aumann* (J.) — Sanctity and neurosis — em: Faith, reason and modern Psychiatry — págs. 267-294 — P. J. Kennedy — New York — 1955.
- Barte* (H.) — Experience mystique ou experience delirante? — *l'Evol. psychiatrique* XXXVI (4): 817-827, oct. dec. — 1971.
- Bastide* (R.) — Les problemes de la vie mystique — Lib. A. Colin — Paris — 1931.

- Braceland* (F.) *Stock* (M.) — Psiquiatria para creyentes — Ed. Gredos — Madrid — 1965.
- Cayré* (E.) — Manual of Pathology and history of theology — (trad. Hawitt) — T.º II — Desclée C.º Tournai — 1940.
- Chevalier* (J.) — Le realisme spirituel des mystiques espagnols — *Stromata* — 2; 207-321 — Ed. Espasa-Calpe — B. Ayres — 1940.
- Durand* (C.) e *Nodet* (C.) — Influence de la psychologie normale dans la vie religieuse — em: *Conducta religiosa y salud mental* — T. Tipograficos Ariel — Madrid 1957.
- Frobes* (J.) — Tratado de psicologia empírica y experimental. T.º II — Ed. Razon y Fe — Madrid 1942.
- Farber* (K.) — Heilige sind anders — Verlag Herder — Freiburg — 1958.
- Fülöp-Miller* (R.) — Os Santos que abalaram o Mundo (trad. O. Mendes) — Liv. José Olympio — Rio 1968.
- Guardini* (R.) — Glaubens Erkenntnis — Herder — 1963.
- Gruhte* (H.) — Verstehende Psychologie — G. Thieme Verlag — Stuttgart — 1948.
- James* (W.) — The varieties of religious experience — Mentor Books — New York — 1958.
- Kiev* (A.) — Primitive religious rites and behavior: clinical considerations — em: *Clinical Psychiatry and Religion* — Little Brown, Boston — 1969.
- Kretschmer* (E.) — Manuel theorique et pratique de psychologie médicale (trad. Jankeleyitch) Payot, Paris — 1927.
- Kretschmer* (E.) — La histeria (trad. Sacristan) *Revista de Occidente* — Madrid 1928.
- Lhermitte* (J.) — Les pseudo possessions demoniaques — em: *Medecine et merveilles* pgs. 145-191 — Eds. Spes — Paris 1957.
- Lhermitte* (J.) — Les hallucinations — *Clinique et physiopathologie* — G. Doin ed. Paris — 1951.
- Lopez Ibor* (J. J.) — Las neurosis como enfermedades del animo — Ed. Gredos, Madrid — 1966.
- Marie* (A.) — Misticismo y loucura (trad. Ovejero) Ed. La España Moderna — Madrid s/d.

- Maréchal* (J.) — Études sur la psychologie des mystiques (I e II) Desclée de Brouwer — Paris 1938.
- Pattison* (E. M.) e *Casey* (R. G.) — Glossolalia a contemporary mystical experience em: Clinical Psychiatry and religion — Little, Brown and C.º Boston — 1969.
- Quercy* (P.) — Les hallucinations — Lib. F. Alcan — Paris — 1936.
- Ribot* (T.) — Les maladies de la personnalité — Lib. F. Alcan — Paris — 1891.
- Roldan* (A.) — Ascetica e Psicologia — (trad. G. Leoni e E. A. Souza) — Liv. Ibers Americana — Rio 1969.
- Stern* (K.) — Die dritte Revolution — (trad. H. Wolff) — Otto Muller Verlag — Salzburg — 1956.
- Salzman* (H.) — Religious conversion — em: Clinical psychiatry and religion — Little, Brown and Co — Boston — 1969.
- Tanqueray* (A.) — The spiritual life (trad. Branderis) — Desclée — Co. Tournai — 1930.
- Vera* (J. M.) — Psicologia anormal y vida religiosa en las escritos de Santa Teresa de Jesus — em: Conducta religiosa y salud mental — pags. 307-321, Tal. Tip. Ariel — Barcelona 1957.
- Vallejo Najerd* (A.) — Influência de la psicologia normal y anormal en la vida religiosa — em conducta religiosa y salud mental — pgs. 235-242 — T. Typog. Ariel — Barcelona — 1957.
- Van den Berg* (J. H.) — Metabletica (La teoria de las modificaciones) trad. Eds. Carlos Hohlé — B. Ayres — 1963.
- Verner Moore* (T.) — Heroic Santity and insanity — Grune and Stratton New York — 1959.
- Wyrsh* (J.) — Gesellschaft, Kultur and psychische Störung — G. Thieme Verlag — Stuttgart — 1960.
- Woolcott* (P.) — Pathological processes in religion — em: Clinical Psychiatry and religion pgs., 61-77 Little, Brown and Co. Boston — 1969.
- Zilboorg* (C.) — Sigmund Freud et l'activité mentale de l'homme (trad.) — les Editions du Cerf — Paris — 1957.

MEMÓRIA
DO MAR
SUBLEVADO

FERNANDO MONTEIRO

MEMÓRIA
DO MAR
SUBLEVADO

Separata da Revista
ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS
Vol. 13 N.º 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
EDITORIA UNIVERSITÁRIA
RECIFE 1973

Criaturas instáveis como a água, como a água, talvez, prevalecerão afinal. Desde os albores da vida, em ondas sucessivas, arremessaram-se contra os escolhos da carne. Todas as ondas se quebraram, mas, como as do mar, também elas foram desgustando, continuamente, uma pequena ~~partícula~~ do granito contra o qual se desfizeram: — e algum dia, através das idades futuras, é possível que venham a rolar abertamente por cima do local onde o mundo material existiu, e Deus passeará sobre a superfície de tais águas. Uma destas ondas (e não a mais insignificante) eu levantei e fiz rolar à frente do temporal de uma idéia, até atingir o apogeu, rematando-se e tombando em Damasco. A água desta onda, repelida para trás, pela resistência das coisas contíguas, fornecerá material para o vagalhão que se seguirá, quando, na maturidade do tempo, o mar for sublevado outra vez.

T. E. LAWRENCE

LIVRO I
O ENTREVISTO DE AMARNA E AKHENATON

Quero voltar.
Quero voltar ao silêncio
(que era como o barro cozido,
cor do incenso que reflui no vento,
confortador e inteiriço),
o silêncio quando ofereceu seu ventre
à violência da palavra,
no hino ao Disco Solar.
Era bom pisar com os pés (inúteis)
do corpo cuja alma reconhecia
esse silêncio,
perto ainda,
no silêncio da cidade levantada
(para argamassar sonhá-Lo)
que nunca mais ressoou pelo mundo
e foi tornado o pequeno barulho de uma heresia
trezentos e sessenta e cinco quilômetros
abaixo do Nilo,
“a única da história dos egípcios”.
Mas são os outros e novos barulhos,
a ponta afiada dos inúmeros, agora,
num único segundo
(alguns vindo de um hostil futuro),
que, trespassando o ouvido,
fere já o espírito...

Quero voltar!
Ainda há a esperança
de vestígios da velha trilha obstruída,
de onde se pode partir, no rasto que a memória
decifre como poeira do silêncio
que passava por ali,
e persegui-la.

Ainda há o sabor único da alma
quando a sombra do desejo da graça,
refletido no espelho de um lago
(entrevisto por luneta),

ainda a visita.
Quero voltar!
Ainda mesmo quando fique
sem joelhos na espera,
quando o sol derreta em água
a delicada física dos olhos.
Porque depois
estarei no ventre
do silêncio-cidadela perdida
onde já serei o outro,
que é impossível imaginar,
sem olhos e sem joelhos.
— Isso dito à tripulação,
à que eu carrego,
tive a revolta, de início,
por muitos anos, e quase sucumbi
ao que queria se espojar no Ruído.
E a luta foi renhida,
pelo silêncio antigo;
só confortava-me o eco de seu sócia,
que a minha alma penetrava
pelo braço de excitada imaginação,
vez em quando, durante a luta,
e que me animava a poder,
um dia, entrever na luneta,
na determinada hora,
quando o lago, no único minuto,
refletisse a primeira pista.
Oh, minha alma teria o segundo
de júbilo que já foi escrito...

E o silêncio tão aspirado de poetas e músicos
estaria mais perto
setecentas vezes setenta mil e sete dias!

Contra a tripulação,
contra a que fora alegre capitã no meio do Ruído,
uma das primeiras vitórias

foi guarnecer de espelhos
— como um fizera, para conceber:
“Gnoti se Auton”
— o teatro da luta,
o teatro deserto onde a alma representa,
hoje, sua função obsoleta.
Pois ela se via,
e um pálido sinal da Perfeição
— o amor da Beleza —
oblíquo a nós,
a mim preferia.

A LUNETTA

O amor da Beleza,
um morto-vivo da alta destinação,
como um Cid mortal dentro de nós,
cavalga ainda,
e delata-a sempre.
O ser dividido
pode estar, metade,
voltado como esteja
contra ele
— fica a noção da Beleza
mesmo quando ela expire,
caia em pedaços ou se incendeie

por nossas mãos.

A noção:

um grito rouco de pássaro
na estepe

— e se olha para o alto
incontroladamente.

Ah, o feio aleijão
das palavras agora necessárias
e, pior, diminuídas para sempre
ao nível das estepes,
dos pantanais,

das florestas luxuriantes,
desirmãs Contigo.
Se a luta venci,
mil anos penei em seguida,
até elevá-las realmente belas
— belas somente,
sem mais nenhum peso em meu espírito,
e tão belas, ascendidas,
que um prêmio foi
a luneta.

Há que reconhecê-la entre aparentes.
As falsas nos farão olhar
como por um caleidoscópio apenas
— veremos a quinta parte
do que foi mostrado, um dia,
em tentação, àquele outro,
inclusive as cores de uma fácil santidade.
Mas não veremos
a ausência de cor
que tinge a Verdade
e as perfeitas paredes
de Seu Silêncio.
Veremos, e para temer, toda cor
e ainda mais junto de outra

— não será nunca disposição do acaso
(como nada, aliás,
perdida a Unidade
que éramos com Ele)

PALAVRAS

Somos o que não é Sua perfeição
— mas, no entanto, também
a encarnação de Sua evidência...
Vivemos Seu espectro

por sermos possíveis
somente da nossa perdição Dele;
muito se retorna,
na compreensão disso,
a partir do que,
implícito,
pisando maciamente o espírito,
vem sem ser visto:
nada pode estar contra Sua Face perfeita;
toda dor
— e toda dor leva ao Seu perfeito Unguento —
é estar fora Dele,
fora de nosso coração mesmo,
no meio da Fúria e do Ruído,
ao largo, cada vez mais,
de Seu silêncio egípcio,
que primeiro chamou:
Aton!

O ENTREVISTO

Oh, Amarna!
Oh, pobre Rei!
Na última hora das tardes,
trezentos e sessenta e cinco quilômetros
abaixo do Nilo,
o dourado não é o de Cairo,
e é mais que “enigmático”,
que “misterioso”
(ou que tão diminuído,
tão mal descrito como isso...)
O dourado vela a luz transparente
que vem corretamente do meio do dia,
suspende o pesado jogo de aparências,
e recorta todo o contorno
da ruína
com uma tristeza infinita
que incomoda homens e chacais,

por um momento,
como o da leve e orfã
vontade de lágrimas,
e a rápida reação do uivo,
também sem explicação.
É tudo que ainda resta
— e não para sempre.
A luz correta mais e mais demora
e o dourado é cada vez mais
como a vontade de lágrimas
que se aborta,
e a reação do uivo,
que é mais raro,
com lucro para o chacal
que não afugenta sua vítima...

E quando vaguearem, afinal,
sobre o chão de Amarna, a cidade,
filhos dos chacais que Akhenaton receava
(oh, Rei desfalecendo nos jardins!)
— não significa senão
o golpe final do Ruído
que vai tornar para sempre inaudível
o rio de silêncio do espírito,
repressado de Te reencontrar,
o Mar.

.....

Crianças melancólicas
(que cumpre, desajeitadamente,
alegrar)
pequenos cãezinhos cegos
(que se tem de afogar)
— o que começa essa
história de luz triste,
como pegados que voltam,
na manhã da floresta estival?
Em algum momento,
o normal equilíbrio sobre abismos
(uma façanha distraída do navio)
que está tão preparado
pela geometria e pela sensatez dos pais,
como miragem e canto de sereia,
para a criança vigilantemente amada,
em algum momento, no entanto,
apesar do grande esforço,
aderna o pequeno mundo
e o desastre silencioso
— em que altura?... —
devolve um naufrago de terra firme
às nossas extensas praias horizontais.
São as mesmas pegadas voltando
para um oceano de sombras
— que vemos vagar
no olhar do estrangeiro —
traçando um caminho perturbador,
marcando e maculando nossa areia fina.

Da primeira trajetória de estranheza,
o rastro leva ao jovem Akhenaton...
Ele apenas nasceu;
não é diferente das outras crianças;
ainda não houve melancólica...

Em que altura ele voltou
— o primeiro —
que a história inquietante dos alados
pode ter começado
num registro da crônica egípcia
dois mil anos antes do que pensa?

“Olham por detrás
de estranha névoa brilhante
— que ele desfaz, às vezes,
com uma lembrança de cautela talvez
(e então se apagam
como uma última casa
aquietada na noite)
— os olhos do jovem Faraó.

Sabe-se que os sacerdotes de Amon
os vigiam, ultimamente,
com inúmeros receios...”

Os deuses eram manchas
como as outras coisas do dia,
menos ou mais definidas:
(do avançar) no mato cerrado de palavras
meio-ouvidas,
novas e já conhecidas,
rostos próximos demais,
vozes diferenciais,
respiração,
dedos e sonhos finos (de dançarinas)
vento no cabelo
e o sono
e a manhã súbita
— ou, talvez, fossem mais
da região estranha da noite;
do raro tecido estrangeiro
feito de pequenos brilhos
e oleosa escuridão ressequida,
alto, estendido,
abrigoando o vento,
as árvores de fruto, as palmeiras,
as colunatas do templo,
e esfriando o calor do claro dia fugido
como água escura no ar...
Os mortos — perto dos deuses —
eram frios...
A que mosaico descontínuo,
aos poucos tecido
dos diversos caminhos
sempre bipartidos
de um dia
e outro
no começo

— a vida como esponja no rio
aderindo-se ao mundo
— a que se agarrariam
os fiapos de indistínções sobre deuses

quando não, na madeira
rudemente trabalhada
com estranha dessemelhança medrosa,
os que eram “os pais verdadeiros”,
“deuses”,
tantos,
atemorizavam, queriam mal,
avançariam dos nichos
(serpente-cão-lalcão-escorpião,
chacal-abutre-dentes
olhos vivos-fino focinho malévolos)
se a cabeça, abaixada como devia,
deixasse, à mercê, a nuca...
“Deuses” eram o arrepio?...
O que ziguezagueava
— como para qualquer um —
quando “deuses”
era a palavra voejante
num instante de manhã juvenil,
no meio do dia suspendendo-se,
na declarada tarde alongada,
ou, tão pior,
no vago da noite,
que o fogo, não amigavelmente,
preenchia,
luz escrava e perigosa,
amolecendo paredes
e o mais assente do dia...
O fogo era “deuses”
— que expulsava a escuridão,
como o negro líbio ladrão,

e era uma língua maldosa também,
perto da pele indefesa
à pronta dor traiçoeira
de seus serviços?...

"Deuses" não se esclarecia melhor
que o resto indeciso,
desobrigado de dimensões,
cores e exatidões depois aprendidas,
porque não são olhos, ainda,
só em determinada direção,
mas a essência de maravilhoso líquido
que produzirá visão
(como também é necessário
que os pequenos ossos moles,
sob carne quase transparente,
ganhem sua solidez
de auto-destruição)
Mas, acima de tudo,
não é, ainda, o exercício
de retilíneo pensamento
que encherá o vácuo, depois,
de seu industrioso vapor
— maior necessidade —
e tudo, então, é trespassado
e nada é precisão.

Devia, no entanto,
ao seu tempo, assumir precisão:
os deuses eram os pais verdadeiros
que haviam criado o mundo
como era,
para a felicidade própria do príncipe
e a própria do escravo,
com a sede e o conforto da sede,
o Nilo que inunda sem falta
e restaura a terra,
de lobo fertilizante,

para a grande colheita
que enche os armazéns do Faraó
que, só então, escolhe o dia
dos festejos de celebração,

dádiva, aguardado hora
de ver o seu carro, sua púrpura,
a coroa branca do Rei divino
e o sangue da garganta do escravo escolhido
e do touro sagrado,
aspergido de água benta,
antes de ser também imolado,
com maior utilidade,
pois a grande celebração
exigiria que sua carne delicada,
de amado animal,
fosse jogada
ao seu amado povo,
e uns bem se colocavam
no pátio do templo
(já acotovelados, mal o ar quebradiço
anunciava a manhã)
para receber a relíquia,
para aguardar
mais essa sorte dos restos
e levar, também, o alimento
da excelente carne para a casa,
como o sol forte,
o brilho dos adornos dos soldados da corte,
dos oficiais de crânio rapado
e untado de óleo;
o templo ornado,
os grandes panos coloridos
nas vivendas dos altos funcionários

— oh, grande dia! —
como vai tudo nos olhos,
confuso, prodigioso e amedrontador.

E o quê, senão precisão,
organizaria a cerimônia,
exatamente a mesma,
ano após ano, a cada geração,

pedindo a cheia do rio
nos obscuros ritos apropriados
que a tradição estabelecera,
mas somente permitidos
na época própria da inundação?...

Mas aqui se desviou,
para sua nostalgia impossível,
a primeira criança melancólica.

Não se trata, portanto, de que fossem,
simplesmente, formas abaixo
do crível,
representações supersticiosas,
grosseiras, vindas do limbo
da imaginação e da pré-ciência
— contra que ele tenha ido —
porque não era tão raro
quem fosse esclarecido
sobre isso
mesmo entre o povo inculto.
Não se trata de inutilidades astuciosas,
consagradas, como milhares de outras

que já tinham envelhecido uma civilização
— de cujo véu de prodígio
ele tenha desnudado —
porque os sábios de Heliópolis
e os seus discípulos inúmeros,
seus ensinamentos e observações,
sempre recopiadas nos papiros
pelo aluno do escriba,
disseminavam uma atitude realista
que diferenciava o maravilhoso
do acaso aprendido,
e sabia da necessidade
de escolher um momento propício,
procurado e lido

na matemática infalível dos céus,
para realizar uma cerimônia nova,
ou assinalar uma coroação.
Não se trata desse vôo razante
de um rei original,
que continuaria divino...
Mas, de descaminho da vida,
onde longe e sedentamente além dela,
os pés ojerizam firmar
a aventura fanada
que aprisiona espírito
— e começam as asas, então,
dessa perversão contra o mundo.

Algo atravessado na garganta:

Em algum geométrico lugar de Amarna, o Rei ora (nesse quarto final da tarde que faz retângulo severo com sua alma) — sabemos, porque passa uma funda lâmina (passa por nenhum lugar exatamente) que tenta dilacerar o distraído sentimento do mundo, e abrir-lhe a chaga do outro coração, que contempla, verdadeiro, oblíquo e recurvo (a mesma paisagem de dolorosa beleza no semblante do Rei que ora) e que a fraqueza tanto medica e a complacência, afinal, cicatriza.

Mas não é como um aviso — é o *Rei que ora* tudo que sabemos, de repente.

Inesperado e simples, é mais profundo, no entanto, que se ter a ciência disso como de algo que podia ser *um homem que morre*.

Não é nada que um dedo possa apontar, ser susceptível de qualquer precisão.

Passa, e nos perfila de espírito...

Recorta o ar com sombra invisível, atravessa-o onde ia o curso das horas, e esta do quarto final da tarde suspende-se da penetrante ponta de lâmina...

O Rei ora — adianta, mais, articular (dificultosamente ainda), do que de “algo atravessado na garganta” ir até tanta exasperação da ferramenta de um escriba que não sabe, afinal, como todos, porque está ciente de que seu Rei ora em Amarna.

Ardo

— meu coração, de sua caverna,
com uma mão para fora, descarnada,
mantém o fogo de minha consciência
acima de sua dor natural, pobre forçado,
à excessiva luz
que esclarece sua cova
e consome meu caminho
que se torna cada vez mais branco e reto,
pleno de fulgor e silêncio,
amortecendo ruídos de passos
— dos outros e agora os meus próprios —
calando o coração mesmo,
fazendo-lhe o mal
de desterrá-lo para sua essência
de apenas carne, movimento e sangue,
concha onde uma água sagrada
se evapora
para restar, confundida na poeira,
como o frio vaso do altar abandonado.

Ardo

— e preciso do meu coração
não para os seus saltos de amor,
livre e leve como uma gazela,
e quente no peito,
mas escravo e acorrentado,
meio morto de frio e de medo,
a sustentar uma chama que não o aquece,
a erguê-la mais e mais alto
até a Verdade, um dia,
onde se dará o incêndio
que não lhe diz respeito, não o consome

e, na realidade, torna-o inútil,
sem pena
— então pode parar.

Ardo

— esse é todo o segredo da morte
de pássaro de certos homens.

.....
O sabor único da alma
(quando a sombra do desejo
da graça...)
sentiu-o.
Mas ainda ando
e ainda vejo,
e toda obra agora
é a da pureza,
a de manter a visão,
o sonho de Verdade e Beleza
que não pode se realizar no entanto
(destino que tem coordenadas
acima das que pode cruzar o cérebro,
nos átrios onde
só a alma penetra
e depõe seus simples esforços),
sonho impossível sobre o apoio,
a base grosseira do mundo
sob os pés
(que a genuflexão inutiliza)
confundido nas formas arredondadas
e nas cores enganosas
(a da carne, a do ouro)
para alimentar os olhos.
O outro devo esperar
(sem olhos e sem joelhos...)
sem tentar antever
(incansável vaidade da imaginação)
mas compreendendo-o somente,
indestinguível,
de fora do Ventre
onde vou sê-lo.

E embora de pés para firmar-me
e olhos para confundir-me

(a mais do rigoroso exercício da espera,
mortificante da vaidade de inteligência),
posso ainda
caminhar em busca do irmão
e vê-lo.

E a voz será perfeita ao seu encontro
na construção das pontes do Silêncio,
se o que eu fizer passar for
o conto de Seu Esplendor,
o entrevisto de Amarna e Akhenaton.

LIVRO II

À RODA DA CASA INVIOLADA

A PORTA (ENTREABERTA)

Quando o sinal obscuro
separa um da multidão
e das quatro paredes
onde dormiria a alma incolor,
ele adquire sua nitidez e sua névoa
aos olhos dos outros:
— tanto que lá está,
entreaberta,
a porta do quarto
e a indeterminação de fascínio temeroso
não deixa prosseguir
o tímido amigo
admitido ao seu silêncio uma vez
(amargurando o incômodo calor
no peito,
que ficou também parado
a meio caminho da raiva
e da devoção)

Não entra, ele;
permanece fora,
alongando a pergunta
a qualquer um mais perto,
se devem entrar ou não,
enquanto procura que lhe baste
a visão do pulso descansado
e uma secção do dorso
(que passa pela feminilidade,
mas se afirma másculo
à mirada atenta
— percurso inquietante e indispensável
de sua graça)

onde pausa,
afinado
(antes da mão juvenil,

vincada precocemente
como por pensamentos
que também se espraiassem por ela)
marcado
por leve claridade da pele
onde não está a correia do relógio,
descuido ou descanso
como um selo
de sua estranha disposição de humildade,
suportação do mundo
e paciência
para com os homens opacos,
que são massa insuportável
ao gume de seu sonho
afiado nos olhos
("muito azuis", foi a cor
confundida com isso)

.....

O instante permitido à indecisão
e articulação da pergunta
se esgotaria,
não entrando ninguém,
como estava tácito.
E ele continuou separado,
entre as quatro paredes
que não o continham.

À JANELA (E NA PROA)

Homens que são avistados
no castelo da proa,
na sua informe insatisfação
do comando,
que procuraram, no entanto,
como água potável
que amenizasse uma sede
cheia de lágrimas;
perdidos vultos
no meio de sua carne
e sua identidade
irrecusáveis,
côncios da representação o tempo todo,
remota e longa,
de seu excesso
e sua maravilha
passando
como uma estação
— "a vida" continuamente —
troca de horas de sono
entre a "confusão dos sentidos"
e a alta vigilância de fogo
— "a consciência" permanentemente —
côncios dos momentos de baixa comédia
que se desenrola intoleravelmente
para sua pretensão
(que odeiam também)
de grandes atores falseados,
imaginados laboriosamente
por si mesmos...

É esse concêntrico sem saída
(inclusive do desamor respeitoso
que se devotam)
que faz sua necessidade de portas
como as, imensas, do mar

e dos desertos,
ou, escamoteadas (atrativamente),
as que abrem para lugares e mentes
estranhas até o asselvajamento,
portais de "exotismo"
que transpõem com alegria
para a bruma de outras terras,
até a sufocação inevitável
de se esclarecerem

(eram vistos, então,
à janela de uma Governança Geral,
"vagos e entristecidos" de novo,
antes do assalto de exasperação sem nome,
cativa de novo além,
cegando-os para a "obra da vida"
ou o "doce amor inocente encontrado"
— ou, apenas, "boa terra firme" —
tudo que deixariam para trás
no sôfrego desvio
de permitir sensato apego
e, mesmo, amor
ao Carcereiro e à Cela)

DE FORA (NO VESTÍBULO)

Estar escolhendo,
com certa impunidade,
ou ter sido escolhido,
às vezes, para nada
— não permaneceste na dúvida
como fazem os homens estacados
em patamares e terraços,
olhando para dentro,
de fora.

Saíste da imóvel e pesada
invenção humana
— a falsa casa —
e não tiveste receio
de encontrar a nudez do Pai
no lar verdadeiro;
porque vinhas já ruborizado
(Ele te deu a capacidade)
exatamente
da variedade opulenta,
opaca e aceita
pelos milênios da corrupção
de nossa água parada,
como vegetação luxuriante
crescia inevitavelmente
do pântano que adubamos,
da vida que cicatrizamos
em maior ou menor tempo
(mas sarados são todos esses
no vestíbulo,
na desolação informe,

no amor perigoso e indeciso
pelo que passa
à frente

de raro em raro,
com a ferida aberta,
que flameja)

Não se pode aventurar, no entanto,
com o que te deparaste
passado à obscuridade
que desencoraja
a multidão saudável
à porta.

A língua do errante
em seu quarto,
que falavas ainda, como desde sempre,
intraduzível no olhar,
tornou-se morta.
E não te fez falta
o código mais precário ainda,
que serve somente
(subvertido)
para animar jogos de sombra
como a Poesia.

Teu passo
— que os homens se preparam
para apagar
(e aos círculos devastadores
da pródiga perturbação
de nossos lagos
à tua passagem sem forçá-la,
de nuvem,

arrebatando, no entanto,
salas quietas e sonos subterrâneos
do rebanho,
de que te excluístes
pelo único caminho
do aniquilamento honrado)

— teu passo contrário,
foi para menos que nada, na verdade,
antecipado a quem escolhesse
a infelicidade dos homens:
escolheste-a maior para ti
sem um instante de dúvida
que te paralisasse
ao lado dos outros
e devolveste essência
que se evoluiu
para o céu estrelado da casa,
quando te apunhalaram
lá dentro,
por tua vontade
cravada permanentemente
no coração da vida.

SOMBRA E CLARO (DO JARDIM)

A manhã nova se dissimulará
por trás do dia
feito para avançar
entre arcadas
como uma sombra,
uma forma sociável
do Senhor Negro implacável,
do Sarraceno sombrio
que conta, interminavelmente,
cada dia arrancado
às suas estranhas de mesquinhez
(e que, assim oculto e atento,
passeia no meio de nossa felicidade)
— mas não importa,
se deslizares de impossível lembrança,
como brisa inesperada
no afogueado jardim,
com tua dor no olhar
e na estranha palavra desgarrada
de quem colheu
“as rosas tristes do mundo”
(entre todas a escolher)
pela própria vontade,
enlouquecida de exclusão,
que arremessavas com a capa
sobre o ombro,
com a negligência do ânimo
por mais peso de destino infeliz,
contanto que viessem as lágrimas compatíveis
— silenciosas e sem reclamação —
do espírito afundado,
rio subterrâneo.

MESA E QUARTO (VAZIOS)

Tropel e fanfarras;
os carros livremente decorados,
conduzidos por cavalos
que a tolerância
de “homens esclarecidos”
(também admitindo uma piada
até certo ponto apimentada,
na frente das esposas escamosas
que vigiam a aparição
do tocador de flauta,
no jardim gradeado,
entre suas alegres crianças
que ali foram conduzidas
para brincar até a hora do banho,
antes do fim da tarde)
considera de “raça estranha”,
e conjectura de onde virão eles
e aquela gente,
decidindo-se por admitir
“as estranhezas do mundo”
— desde que não os acompanhem
à mesa do jantar,
na pergunta ansiosa
do filho mais remoto,
que chega atrasado
à sua cadeira.

“Não”
— afinal, é várias vezes
resposta,

nesse instante,
em cada casa,
encerrando a questão
sobre irem ao “espetáculo de ciganos”
ou que nome dêem:
“mascarados”

“atores ambulantes”
“eslavos”
“essa gente”

Mas a tranquilidade
ficará suspensa,
como o guardanapo
do momento de olhar
sem confiança,
quando esse filho
recusa fruta e sorvete caseiro
e deixa sua cadeira pequena,
enormemente vazia
ao fim da mesa.

Tropel e fanfarras
sempre perturbam
a vida da família.
O tocador de flauta
poderia aparecer
de trás da cortina puída,
para o centro do picadeiro,
como parte do espetáculo
inocentemente...

É com um passo
também de certo “esclarecimento”
ou fatalismo
(se nós soubéssemos,
nas regiões altivas do norte do globo,
do que se trata, realmente)
que o pai estranha
a corrente de vento
e se depara com invasão
e chamado de estrelas,
pela janela da fuga,
no quarto onde só está
o filho compreensível,
que dormiu indiferentemente
— “graças a Deus”.

O PELOS CANTOS, CONDENADO (A ADOLESCÊNCIA)

Da adolescência
ficou uma oportunidade
de piada bem explorada
e a parte interna da coxa
erguida para a luz do sol
distraidamente,
ofertando redonda intimidade
ao côncavo da palma.
O momento de piada
não é tão claro,
mas vaga:
alguém está empinado
na pequena escada entre estantes
e a poeira
e o trabalho,
fraternalmente repartidos,
espalharam risonha amizade
pela sisudez dos livros;
mas quem diz a graça irresponsável
está embaixo
(devo ser terceiro, eu)
e não há como lembrá-la,
nem é importante.

Breve não vestirei
siquier esses trapos
da adolescência
— e tudo será fábula

contada, alheia e explicada
por mim mesmo,
sem muito empenho e esperança,
ao seu personagem principal
— segundo ele e eu
acreditávamos,
olhando-nos ao espelho.

A CIDADE (AVISTADA)

A cidade sempre
fica no seu mesmo lugar
de modorra
e nenhuma atenção
de cão velho
à perturbação das moscas;
em vão,
esta onda de meu ser,
como a de terrível calor,
reflui,
espiralando-se,
revoluteante de solidão sobre si mesma
(sua nenhuma base de fluidez,
irreptibilidade e vago)
para desaparecer
como o nada
que desconfiamos que seja,
no testemunho da cidade
— ameaçados de não voltar
de cada
esquina
trespassada.

O VELHO DA MONTANHA (UM DOS FANTASMAS)

O velho da montanha
sabia qualquer coisa
de desesperador,
que levou para o túmulo
e só uma vez
foi murmúrio terrível,
frase enviesada,
obscuridade da poesia,
breve insanidade
— nada para o entendimento, afinal,
de pobres homens compenetrados
da vida satisfatória ou não,
como bons artesãos e lavradores,
que eram seus asseclas
assistentes dessa vez primeira e única,
pobres bons degoladores
(os melhores da Arábia).
Algo inesperado, de fato,
incompreensível, vago,
que não chamaram de
colapso de mágoa e cansaço
(com um poeta cego identificou,
mais tarde, através do véu
de várias versões assustadas)
— mas tiveram a sensatez
de cheirar a beberagem
que lhe tinham servido
sem muito resultado:
bom café da Síria

que não enfraquecera
o sangue do velho proscrito.

O que, então, trouxera-lhe
lágrimas!,
lágrimas furiosas,

começos de frases sobre "solidão"
"meias verdades"
"fiapos de confissões"
"desculpas desencorajadas"
e "desaparição, a cada instante"
e uma espécie de pergunta
(a nenhum dos degoladores exatamente)
sobre se "era possível crer,
levar avante essa façanha
como cristal rolado,
de louca carruagem,
intacto..."
(os degoladores se entreolhavam)

Ele disse que aquilo
era tudo;
que lhe oprimia
a desesperança
("uma simples palavra...
— mas são elas que restam,
mesmo incapazes
e aquém, horrivelmente aquém
do coração encurralado...")
... um certo senso
de multiplicidade demasiada
com velocidade e dissimulação

de nuvens,
que tinha enlouquecido
a generosidade de sua juventude.

Sufocado de nada
— como uma lufada de sol rude
entre as barracas de Damasco,
que paralisa o passo
e o dia
por toda uma hora
de misteriosa suspensão

e separação desolada
do corpo,
contemplado com desprezo,
mágoa e cansaço,
até vir
a conciliação da tarde
com timidez da gazela
e do engano piedoso...

Tinha sido tudo
muito rápido;
e a vida, de resto,
não era mais longa
— apenas hábil,
com seu jogo de pálpebras;
agora ele experimentava
saudades de ser levado
por sua mão solícita,
e, não, ter ficado à margem,
sabendo da pequenez do caminho
— que não é caminho —
fechando os olhos

como ao sol,
para anulá-lo,
tateando às cegas
na escuridão
de seu testemunho do mundo,
até ter essa sufocação
da nebulosidade que nos sonha
e apaga...

Ele ia dizer mais
— mas parece ter desconfiado
(era um homem impossível de se enganar)
de que a mão se oferecia
(segundo o poeta cego)
como se oferecia a morte

— que é o outro nome da vida —
muito simples,
ao seu complexo chamado.
Ao menos a carregá-lo,
de novo,
para a faina
de dizer a verdade,
trabalho juvenil e vergonhoso
que ele não queria, de fato,
como aos outros.

E seus homens já estavam
francamente escandalizados.

Calou;
expulsou-os;
estrangulou a nova concubina
perto da madrugada

(sem dor,
estilhaçada no prazer
que a desvairava)
e quase recuperou
a plena confiança
dos fiéis degoladores
(a prova de que nunca mais
foi total, no entanto,
é essa memória persistente
da exibição de fraqueza
que o excluiu
da confiança dos homens)

DESESPERANÇAS (VOZES DA CASA)

DA SABEDORIA
DA SINCERIDADE
DA LIBERTAÇÃO
DA POESIA

Nunca poderemos contemplar
além da sombra rápida,
que já passou
— se passou.

Ou, da luz,
será tudo
poder reconhecer seus breves halos
— como a do astro-rei entre as árvores.

Nunca cairá o véu rendilhado,
tecido fácil de nossa dúvida solícita,
sempre próxima para nos puxar pelo ombro,
desde que há solidão.

Não há solução
senão a de sermos fraudulentos
fervorosamente.

Nenhuma inocente sinceridade
pode cavalgar
criaturas tão híbridas
como a Verdade é capaz de gerar
fora de seu corpo,
sem que sejam menos rebentos seus,
mãe oblíqua.

Asas
é a palavra que penetra
e apreciam misteriosamente
dentro, perto, fora de mim.

Mas é logo alcançada
pelo pensamento,
anquilosado captor
que frustra consolação
ao como prisioneiro (seu também)
dentro, perto, fora de mim.

Porque nada que outro diga
— ou tenha dito —
serve inteiramente
para o coração de agora,
que é o coração de sempre,
por mais caminho aberto apenas,
e, no entanto,
de imediato novo e diverso.

Assim, só se logra recomeçar,
indistinguivelmente, o começo,
e nem de volta, do fim, mas
apenas de onde a memória jaz morta de fato,
insepulta ou não,
o que não é o problema,
porque sua inutilidade,
o principal,
restaura a primeira pergunta
da solidão,
que só responde
ao seu próprio obreiro,
ao que escolheu os tijolos
de sua laboriosa e inadvertida
construção
em que só produzirá eco
o grito dele mesmo;
porque nada que outro diga

.....

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

(Anteriormente publicada sob o nome:

Estudos Universitários. Revista de Cultura

da Universidade | do | Recife)

Editada, trimestralmente, pelo Departamento de Extensão
Cultural da Universidade Federal de Pernambuco

Impressa nas Oficinas Gráficas da Editora Universitária
Capa de Wilton de Souza

Número avulso: Cr\$ 5,00; atrasado: Cr\$ 8,00

Assinatura anual (quatro números): Cr\$ 15,00

Estrangeiro: número avulso: US\$ 1.00; atrasado: US\$ 2.00

Assinatura anual: US\$ 6.00

ENDEREÇO: Rua Moraes Rêgo — Cidade Universitária

RECIFE — PERNAMBUCO — BRASIL

Est-s univ-s R. Cult. Univ. Fed. Pe., Recife, 13 (1): p. 5-98
1-48 Jan.-Mar. 1973